

**A CRÍTICA DE DERRIDA**  
**À TEORIA DA SIGNIFICAÇÃO DE HUSSERL**  
*A voz e o fenómeno e a primeira investigação lógica*

*Luís Miguel Simões*  
Universidade da Beira-Interior

**Preâmbulo<sup>1</sup>**

Pretende-se considerar a crítica de Derrida, em *La Voix et le Phénomène*, à teoria da significação de Husserl, tal como se apresenta na primeira *Investigação Lógica*, intitulada ‘Expressão e Significação’.

O autor francês opõe-se à concepção husserliana da significação (*Bedeutung*) como identidade ideal, a qual assentaria, em última instância, de acordo com a tradição metafísica, no princípio da presença, o qual tentará questionar a partir da problemática do signo.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> As siglas utilizadas são:

PZ – Husserl, *Zur Phänomenologie des inneren Zeitbewusstseins (1893-1917)*

LU, XIX/1 – Husserl, *Logische Untersuchungen. Zweiter Band: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis. Erster Teil*

LU, XIX/2 – Husserl, *Logische Untersuchungen. Zweiter Band: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis. Zweiter Teil*

IPI – Husserl, *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie. Erstes Buch: allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie*

KW – Husserl, *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie*

IOG – Derrida, “Introduction”, in *Husserl, L’Origine de la Géométrie*

FVD – Derrida, “La forme et le vouloir-dire. Note sur la phénoménologie du langage”, in *Marge de la philosophie*

VP – Derrida, *La voix et le phénomène. Introduction au problème du signe dans la phénoménologie de Husserl*.

<sup>2</sup> «La forme la plus générale de notre question est ainsi prescrite: est-ce que la nécessité phénoménologique, la rigueur et la subtilité de l’analyse husserlienne, les exigences auxquelles elle répond et auxquelles nous devons d’abord faire droit, ne dissimulent pas néanmoins

É tal princípio que, segundo Derrida, determina, na teoria de Husserl, três demarcações fundamentais, a última das quais afigurando-se mais complexa e só aparentemente implicando um afastamento relativamente a ele: 1) a exclusão do elemento sensível, sonoro ou grafado, do que é essencial na expressão da significação; 2) a separação entre a significação e o acto intencional que a confere;<sup>3</sup> 3) a delimitação da significação face à intuição que preenche a sua intencionalidade; procuraremos mostrar, no entanto, que é precisamente na presença intuitiva que o pensamento husserliano ultimamente se apoia, ainda que não o assuma, para afirmar a identidade «estrita» e «verdadeira» da significação.

Acompanharemos, pela ordem enumerada, cada um destes momentos.

No primeiro, seguimos Derrida na tentativa de mostrar que o factor sensível do signo, bem como a correlativa função de manifestação e comunicação da vivência, fazem parte essencial da idealidade da expressão e impossibilitam a sua pureza.

No segundo, passando-se do elemento signitivo-comunicativo para o elemento semântico, vai-se contra a separação de princípio entre a vivência e a significação, afirmando-se, desta vez, a inclusão do conteúdo perceptivo e imaginativo na idealidade. Como apoio à posição derridiana, constataremos também o reconhecimento por Husserl, no caso das expressões essencialmente subjectivas e ocasionais, da impossibilidade de facto da redução objectiva das particularidades empíricas.

No terceiro, acompanhando o aprofundamento pelo autor do princípio da presença, transitar-se-á do domínio da compreensão simbólica da significação e do solilóquio interior para o acto intuitivo, ao qual se atribui a função de conhecimento, e sustentar-se-á, com base nas suas próprias *Lições sobre a consciência interna do tempo*, a impossibilidade, também aí, de constituição da idealidade e da identidade da significação.

une présupposition métaphysique? [...] précisément dans ce qu'elle reconnaîtra bientôt comme la source et le garant de toute valeur, le «principe des principes», à savoir l'évidence donatrice originaire, le *présent* ou la *présence* du sens à une intuition pleine et originaire. [...] Il s'agirait donc, sur l'exemple privilégié du concept de signe, de voir s'annoncer la critique phénoménologique de la métaphysique comme moment à l'intérieur de l'assurance métaphysique. Mieux: de commencer à vérifier que la ressource de la critique phénoménologique est le projet métaphysique lui-même, dans son achèvement historique et dans la pureté seulement restaurée de son origine.» (Derrida, *La voix et le phénomène. Introduction au problème du signe dans la phénoménologie de Husserl*, 2<sup>a</sup> ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1998 (doravante *VP*), pp. 2-3.) Cf. *Id.*, pp. 1-16.

<sup>3</sup> Husserl efectua ainda a distinção entre a significação e o objecto visado pelo acto, sobre a qual não nos debruçaremos especificamente, ainda que a tratemos parcialmente, nomeadamente no que diz respeito à questão das singularidades semânticas. Vej., acerca dessa distinção, Husserl, *Logische Untersuchungen. Zweiter Band: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis. Erster Teil*, Husserliana – XIX/1, Haia, Martinus Nijhoff, 1984 (doravante *LU*, XIX/1), pp. 51-62 e 108-109; tb.a nossa nota 10; sobre a questão referida, o ponto 2 e o início do ponto 3.

Por último, procura-se clarificar e articular melhor o papel da materialidade do signo linguístico no processo geral de diferenciação e repetição, adquirindo-se, deste modo, uma visão global da crítica.

## 1. Indicação e expressão

Tendo considerado como certo, na “Introdução” ao segundo tomo das *Investigações Lógicas*, que os «juízos que pertencem à esfera intelectual mais elevada, especialmente à científica, mal se deixam realizar sem expressão linguística»,<sup>4</sup> Husserl começa, na *Primeira Investigação*, por distinguir dois conceitos de signo (*Zeichen*): o de índice (*Anzeichen*), em que “[...] quaisquer *objectos* ou *estados-de-coisas*, de cuja *existência* [*Bestand*] alguém tem conhecimento *actual*, indicam-lhe a *existência de certos outros objectos ou estados-de-coisas* no sentido de que a *convicção do ser de uns é vivida por ele como motivo* (e decerto como um motivo *não racionalmente evidente* [*nichteinsichtiges*]) *para a convicção ou presunção do ser dos outros*»<sup>5</sup>; e o de expressão (*Ausdruck*), que caracteriza o signo linguístico, em que este, animado por uma intenção de significação, e desviando a atenção de si mesmo, aponta, ou mostra, (*hinzeigt*) uma significação (*Bedeutung*) ou um sentido (*Sinn*).<sup>6</sup> Enquanto que, no primeiro, o que funciona como

<sup>4</sup> Husserl, *LU*, XIX/1, p. 8. Posição reafirmada e desenvolvida no texto conhecido como *A Origem da Geometria*: «Wie kommt die geometrische Idealität (ebenso wie die aller Wissenschaften) von ihrem originären innerpersonalen Ursprung, in welchem sie Gebilde im Bewusstseinsraum der ersten Erfinderseele ist, zu ihrer idealen *Objectivität*? Im voraus sehen wir: mittels der Sprache, in der sie sozusagen ihren Sprachleib erhält [...]» (Husserl, *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie*, Husserliana – VI, Haia, Martinus Nijhoff, 1954 (doravante *KW*), Suplemento III, pp. 365-386, p. 369.) Cf. *Id.*, pp. 367-371; tb. Derrida, “Introduction”, in Husserl, *L’Origine de la Géométrie*, 2ª ed., Paris, Presses Universitaires de France, 1974, pp. 3-171 (doravante *IOG*), pp. 69-84; ainda o início do nosso ponto 4. Sobre a relação, que se pretende unívoca, entre o pensamento teórico-lógico e a linguagem, vej. Husserl, *KW*, Suplemento III, pp. 372-373; tb. *LU*, XIX/1, pp. 5-13, 17-19, 93 e 95-96; ainda a nossa nota 82. Para a importância da escrita na objectivação da significação, vej. as notas 158 e 159.

<sup>5</sup> *LU*, XIX/1, p. 32. A noção de índice abrange tipos de relação diferenciados, como os signos caracterizadores convencionais (o estigma, a bandeira, a marcação a giz, etc.), os indícios naturais (os canais de Marte indicam a existência possível de habitantes inteligentes, os ossos fósseis a de animais antediluvianos, etc.), e os signos mnemónicos (o nó na gravata, os monumentos, etc.). Cf. *Id.*, pp. 30-37.

<sup>6</sup> «Wenn wir über das Verhältnis von Ausdruck und Bedeutung reflektieren und zu diesem Ende das komplexe und dabei innig einheitliche Erlebnis des sinnerfüllten Ausdruckes in die beiden Faktoren Wort und Sinn zergliedern, da erscheint uns das Wort selbst als an sich gleichgültig, der Sinn aber als das, worauf es mit dem Worte “abgesehen”, was vermitteltst dieses Zeichens gemeint ist; der Ausdruck scheint so das Interesse von sich ab und auf den Sinn hinzulenken, auf diesen hinzuzeigen.» (*LU*, XIX/1, p. 42.) Cf. *Id.*, pp. 30-31, 39 e 42-45.

signo existe empiricamente, sendo objecto de uma percepção,<sup>7</sup> e indica (*anzeigt*) ou remete (*hinweist*), nessa condição, para outro objecto ou estado-de-coisas mundano,<sup>8</sup> já no segundo, enquanto puro, o signo não existe de modo empírico, constituindo antes uma forma ideal<sup>9</sup> que se encontra numa unidade íntima e “imediate”<sup>10</sup> com o que ela mesma expressa, não sendo também este, directamente, um objecto, mas precisamente a significação através da qual ele é visado.<sup>11</sup> Se a relação indicativa é uma motivação entre

---

Husserl reconhece que o seu emprego restrito do termo ‘expressão’ exerce alguma violência sobre a língua e o discurso normal, na medida em que exclui, por ex., o jogo fisionómico e os gestos, por estes não se unirem fenomenalmente, na consciência de quem se exterioriza, à vivência exteriorizada, nem possuírem a intenção de produzir um “pensamento”. Cf. *Id.*, pp. 37-38. Derrida, sublinhando o carácter consciente, intencional e voluntário do conceito husserliano de expressão, bem como a sua pertença privilegiada ao domínio linguístico oral, traduz ‘bedeuten’ (‘significar’) por ‘vouloir-dire’ (‘querer-dizer’), notando também a dissociação, na língua alemã, das raízes das palavras ‘signo’ (*Zeichen*) e ‘significação’ (*Bedeutung*), o que não acontece na língua francesa e, refira-se, também na portuguesa. Vej. *VP*, pp. 17-18 e 34-39.

Distintamente do que sucederá em *Ideias I*, obra que alarga a noção de sentido (*Sinn*) a um estrato (*Schicht*) noético-noemático pré-linguístico e pré-significativo, e que reserva o termo ‘significação’ (*Bedeutung*) ao estrato linguístico, nas *Investigações Lógicas* ‘significação’ e ‘sentido’ implicam sempre a dimensão expressiva, querendo dizer o mesmo. Cf. *Id.*, pp. 58-59; tb. Husserl, *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie. Erstes Buch: Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie*, Husserliana – III/1, Haia, Martinus Nijhoff, 1976 (doravante *IPI*), pp. 2840-288; Derrida, *VP*, pp. 18-20; Derrida, “La forme et le vouloir-dire. Note sur la phénoménologie du langage”, in *Marges de la Philosophie*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1972, pp. 187-207 (doravante *FVD*), pp. 189-194; ainda as nossas notas 20, 141 e 147.

<sup>7</sup> «Was uns als Anzeichen (Kennzeichen) dienen soll, muss von uns als *daseiend* wahrgenommen werden.» (*LU*, XIX/1, p. 42.)

<sup>8</sup> A remissão é uma motivação que, como consta da definição do índice, não é racionalmente evidente (*einsichtig*), mesmo que verosímil ou, até, empiricamente certa (*sicher*); ela opõe-se à demonstração (*Beweis*) lógico-dedutiva, a qual possui um estatuto de necessidade. Se a primeira é uma relação entre instâncias empíricas, a segunda é uma conexão, ela mesma ideal e objectiva, entre unidades ideais. Vej., também sobre o eventual fundamento de verosimilhança (*Wahrscheinlichkeit*) na relação indicativa, *Id.*, pp. 32-35.

<sup>9</sup> «Die Idealität des Verhältnisses zwischen Ausdruck und Bedeutung zeigt sich in Beziehung auf beide Glieder sofort daran, dass wir, nach der Bedeutung irgendeines Ausdrucks (z.B. *quadratischer Rest*) fragend, unter Ausdruck selbstverständlich nicht dieses *hic et nunc* geäußerte Lautgebilde meinen, den flüchtigen und identisch nimmer wiederkehrenden Schall. Wir meinen *den* Ausdruck *in specie*.» (*Id.*, pp. 48-49) Cf. *Id.*, pp. 38-39 e 48-49.

<sup>10</sup> Referindo-se à relação entre a representação da palavra e o acto doador de sentido, mas que se aplica, por maioria de razão, à relação entre a pureza ideal da expressão e a significação: «[...] bilden im Bewusstsein kein blosses Zusammen, als wären sie bloss gleichzeitig gegeben. Sie bilden vielmehr eine innig verschmolzene Einheit von eigentümlichen Charakter. [...] Erlebt ist beides, Wortvorstellung und sinngebender Akt; aber während wir die Wortvorstellung erleben, leben wir doch ganz und gar nicht im Vorstellen des Wortes, sondern ausschliesslich im Vollziehen seines Sinnes, seines Bedeutens.» (*LU*, XIX/1, pp. 45-46.) Cf. *Ibid.*

<sup>11</sup> «[...] dürfen wir den Unterschied zwischen der Bedeutung eines Ausdrucks und seiner Eigenschaft, sich bald auf dieses oder jenes Gegenständliche nennend zu richten, (und natürlich auch den Unterschied zwischen Bedeutung und Gegenstand selbst) für gesichert

dois objectos empíricos, a relação expressiva é uma unidade “imediata” de duas idealidades.

No entanto, Husserl reconhece que no discurso efectivamente proferido, no discurso comunicativo, portanto naquele em que o elemento empírico-sensível se junta à forma ideal da palavra, a expressão funciona também como índice, que a função expressiva se encontra entrelaçada (*verflochtene*) com a função indicativa.<sup>12</sup> Esta acrescentaria à expressão três aspectos indissociáveis, encontrando-se em todos eles a diferença face ao signo meramente indicativo: 1) o elemento físico é representado intuitivamente, ele chega mesmo a ser percebido,<sup>13</sup> mas a diferença é que, excepção feita ao seu momento instaurador,<sup>14</sup> a atenção não se dirige para ele, não o objectualiza, ou seja, o signo continua a desviá-la de si mesmo em direcção à significação, vivendo nós, primariamente, na compreensão desta;<sup>15</sup> 2) a indicação cumpre, na linguagem, também a função de manifestação (*Kundgabe*) e comunicação das vivências que conferem a significação, de um

erachten. Im übrigen ist es klar, dass zwischen den beiden an jedem Ausdruck zu unterscheidenden Seiten ein naher Zusammenhang besteht; nämlich dass ein Ausdruck nur dadurch, dass er bedeutet, auf Gegenständliches Beziehung gewinnt., und dass es also mit Recht heisst, der Ausdruck bezeichne (nenne) den Gegenstand *mittels* seiner Bedeutung bzw. es sei der Akt des Bedeutens die bestimmte Weise des den jeweiligen Gegenstand Meinens [...]» (*Id.*, p. 54.) Algumas linhas abaixo, o autor afirmará que a atribuição de dois lados à expressão não é inteiramente adequada, e que a sua essência reside exclusivamente na significação. Cf. *Id.*, p. 55; em geral, pp. 38, 44, 48 e 52-55.

<sup>12</sup> «[...] das Bedeuten – in mitteilender Rede – allzeit mit einem Verhältnis jenes Anzeichen-seins verflochten ist [...]» (*Id.*, p. 31.) Também: «[...] erkennt man sogleich, dass alle Ausdrücke in der kommunikativen Rede als Anzeichen fungieren.» (*Id.*, p. 40.) Cf. tb. *Id.*, pp. 39 e 41.

<sup>13</sup> «Was uns als Anzeichen (Kennzeichen) dienen soll, muss von uns als *daseiend* wahrgenommen werden. Dies trifft auch zu für die Ausdrücke in der mitteilenden, aber nicht für die in der einsamen Rede.» (*LU*, XIX/1, p. 42.) Cf., tb. sobre a representação intuitiva, *Id.*, pp. 46-47.

<sup>14</sup> A propósito desse momento fundador, e aproximando a interpretação (*Deutung*) inerente à apreensão da significação daquela que se processa, como percepção, sobre a complexão de sensações, escreve: «Bei den Zeichen, im Sinne von Ausdrücken, liegt nun eine ebensolche “Deutung”, aber nur als *erste* Auffassung zugrunde. Betrachten wir den einfacheren Fall, wo der Ausdruck verstanden, aber durch keine illustrierende Anschauung belebt ist, so erwächst durch die erste Auffassung die Erscheinung des *blossen Zeichens* als des hier und jetzt gegebenen physischen Objektes (z.B des Wortlautes).» (*Id.*, p. 81.) Cf. *Id.*, pp. 79-81.

<sup>15</sup> A respeito da aparição física do signo quando funciona como palavra, ou seja, quando não é tornada objecto: «Das Wort (als äusseres Individuum) ist uns zwar noch anschaulich gegenwärtig, es erscheint noch; aber wir haben es darauf nicht abgesehen, im eigentlichen Sinne ist es jetzt nicht mehr der Gegenstand unserer “psychischen Betätigung”. Unser Interesse, unsere Intention, unser Vermeinen [...] geht ausschliesslich auf die im sinngebenden Akt gemeinte Sache. Rein phänomenologisch gesprochen, heisst dies aber nichts anderes als: die anschauliche Vorstellung, in welcher sich die physische Worterscheinung konstituiert, erfährt eine wesentliche phänomenale Modifikation, wenn ihr Gegenstand die Geltung eines *Ausdrucks* annimmt. Während das an ihr, was die Erscheinung des Gegenstandes ausmacht, ungeändert bleibt, ändert sich der intentionale Charakter des Erlebnisses.» (*Id.*, 46-47.) Cf. *Id.*, pp. 43-47.

modo que não permite a sua intuição adequada, mas fazendo precisamente saber da existência de determinados actos conferidores de sentido;<sup>16</sup> 3) o índice linguístico confere ao objecto visado através da significação o carácter da existência mundana, aproximando desta também o acto que confere o sentido, mas sem os fazer perder, justamente, o ancoramento na intenção geral e na idealidade da significação.<sup>17</sup> Verificamos que o factor indicativo, em qualquer destas instâncias, portanto quer como materialidade sígnica, manifestação da vivência ou objecto empírico, não deixa de se ajustar ou aproximar da intenção e da idealidade, o que pode contrariar, de alguma forma, a distinção clara e a separação de princípio que Husserl instaura entre a indicação e a expressão.

<sup>16</sup> «Der Hörende nimmt wahr, dass der Redende gewisse psychische Erlebnisse äussert, und insofern nimmt er auch diese Erlebnisse wahr; aber er selbst erlebt sie nicht, er hat von ihnen keine "innere", sondern eine äussere Wahrnehmung. Es ist der grosse Unterschied zwischen dem wirklichen Erfassen eines Seins in adäquater Anschauung und dem vermeintlichen Erfassen eines solchen auf Grund einer anschaulichen, aber inadäquaten Vorstellung.» (LU, XIX/1, p. 41.) Cf. *Id.*, pp. 39-41. Husserl distingue dois planos na manifestação: em sentido restrito, ela é simplesmente a indicação do acto que confere a significação, do acto "judicativo"; em sentido lato, engloba os outros actos envolvidos na constituição do sentido, e que podem ou não ser simultâneos com aquele, como, por ex., um desejo, uma percepção, uma intuição, etc.. Cf. *Id.*, p. 40.

Não abordaremos especificamente as questões da comunicação e da intersubjectividade, esta última sendo desenvolvida por Husserl na quinta *Meditação Cartesiana*. Interessa-nos apenas sublinhar, para além da evidência de haver comunicação, a irreduzível margem de não-presença e opacidade inerente à relação dialógica, seja de si a si, seja de si a outrém; como refere Derrida: «Le rapport à l'autre comme non-présence est donc l'impureté de l'expression.» (VP, p. 44.) A própria apresentação (*Appräsentation*) analógica do ego de outrém, que é, na quinta *Meditação*, a base da constituição da intersubjectividade monadológica, é considerada pelo autor francês como indeslindável da diferença e da alteridade temporais; a propósito daquela última, escreve: «Celle-ci est inséparable de la temporalisation comme ouverture du présent à un hors-de-soi, à un autre présent absolu. Cet hors-de-soi du temps est son *espacement*: une *archi-scène*. Cette scène, comme rapport d'un présent à un autre présent *comme tel*, c'est-à-dire comme re-présentation (*Vergegenwärtigung* ou *Repräsentation*) non dérivée, produit la structure du signe en général comme "renvoi", comme être-por-quelque-chose (*für etwas sein*) et en interdit radicalement la réduction.» (*Id.*, p. 94.) Cf. *Id.*, pp. 4-6, 39-44 e 94. Sobre a percepção e a apresentação analógicas de outrém na quinta *Meditação*, vej. Husserl, *Cartesianische Meditationen und pariser Vorträge*, Husserliana – I, 2ª ed., Haia, Martinus Nijhoff, 1973, pp. 137-149. A re-presentation derivada, que tem como modos a recordação, a imaginação e o signo propriamente simbólico, é por nós tratada no ponto 3.

<sup>17</sup> Husserl não desenvolve, pelo menos de forma explícita, este aspecto da possível limitação na animação consciente e intencional do acto, mas Derrida não deixará de o fazer. Reportando-se à relação entre a expressão e a intenção, afirma: «Dans l'indication, l'animation a deux limites: le corps du signe, qui n'est pas un souffle, et l'indiqué, qui est une existence dans le monde. Dans l'expression, l'intention est absolument expresse parce qu'elle anime une voix qui peut rester tout intérieure et que l'exprimé est une *Bedeutung*, c'est-à-dire une idéalité n'"existant" pas dans le monde.» (VP, pp. 35-36.) Cf. *Id.*, pp. 34-36. O autor francês equipara inclusivamente o solilóquio interior, que focaremos a seguir, no qual não existiria o elemento sensível do signo, às reduções transcendental e eidética; cf. *Id.*, pp. 14-16, 22-23 e 31-32.

Efectivamente, o autor defenderá que o elemento indicativo do signo não pertence, de forma essencial, à expressão: «[...] parece claro que a significação da expressão, e o que de mais lhe pertence essencialmente [à expressão], não pode coincidir com a sua prestação manifestativa.»<sup>18</sup> E o que «de mais lhe pertence essencialmente», para além da significação é, como vimos, a forma ideal do signo. O argumento apresentado para esta não-essencialidade é que, na «vida solitária da alma», no seu “silêncio”, não se verificando o elemento físico da palavra nem o factor comunicativo, continuaria a haver a expressão da significação, mais ainda, da mesma significação, o que quereria dizer que a expressão seria autonomizável relativamente àqueles. Afirmar Husserl:

«Mas é também atribuído às expressões, na vida da alma que não se envolve em trânsito comunicativo, um importante papel. É claro que a função modificada não toca naquilo que faz das expressões expressões. Elas têm, como anteriormente, as suas significações, e as mesmas [*dieselben*] significações que na colocação. A palavra só deixa de ser palavra quando o nosso interesse exclusivo se dirige para o sensível, para a palavra como mera formação sonora. Quando, porém, vivemos na sua compreensão, ela exprime, e exprime o mesmo, quer seja dirigida a alguém ou não.»<sup>19</sup>

A pronúncia material do discurso não induziria, portanto, qualquer diferença na expressão enquanto tal. Para além de não afectar a forma ideal do signo, e também, como vimos na sua caracterização, de não perturbar a expressão na sua relação com a intenção de significação, no desviar imediato da atenção para esta, constatamos agora que a função indicativa não interfere

<sup>18</sup> *LU*, XIX/1, p. 42 – o parêntese é nosso. É esta diferença essencial afirmada por Husserl que lhe permite negar que o conceito de indicação seja, segundo o conteúdo, mais lato do que o de expressão, visto que, do ponto de vista da extensão, ele será mais abrangente do que este, o qual funciona apenas no domínio linguístico. A expressão não é, portanto, uma espécie do género ‘indicação’. Cf. *Id.*, pp. 30-31. Apesar de poder admitir esta diferença conceptual, Derrida não deixa de criticar Husserl por não se questionar sobre a estrutura do signo em geral, a qual assenta na função de substituição, no ser «signo de qualquer coisa» (*Id.*, p. 30.), por, ou para, qualquer coisa: «[...] Husserl semble réprimer, avec une hâte dogmatique, une question sur la *structure du signe en général*. En proposant d’entrée de jeu une dissociation radicale entre deux types *hétérogènes* de signe, entre l’indice et l’expression, il ne se demande pas ce qu’est le signe *en général*. [...] nous devons comprendre familièrement cette structure de substitution ou de renvoi pour qu’en elle devienne ensuite intelligible, voire démontrée, l’hétérogénéité entre le renvoi indicatif et le renvoi expressif; et même pour que l’évidence de leurs rapports nous soit accessible, fût-ce dans le sens où l’entend Husserl.» (*VP*, pp. 23-24.) Cf. *Id.*, p. 20-27.

<sup>19</sup> «Aber auch in dem sich im Verkehr nicht mitteilenden Seelenleben ist den Ausdrücken eine grosse Rolle beschieden. Es ist klar, das die veränderte Funktion nicht das trifft, was die Ausdrücke zu Ausdrücken macht. Sie haben nach wie vor ihre Bedeutungen und dieselben Bedeutungen wie in der Wechselrede. Nur da hört das Wort auf, Wort zu sein, wo sich unser ausschliessliches Interesse auf das Sinnliche richtet, auf das Wort als blosses Lautgebilde. Wo wir aber in seinem Verständnis leben, da drückt es aus und dasselbe aus, ob es an jemanden gerichtet ist oder nicht.» (*LU*, XIX/1, pp. 41-42.)

com o conteúdo da significação ou, pelo menos, com o seu conteúdo essencial. Aparentemente, segundo Husserl, a dimensão indicativa é meramente exterior à pureza da expressão, um estrato que apenas se acrescenta conjuntamente, e cuja única função é manifestar e comunicar os actos conferidores de sentido, de tal modo que este último se preservaria intacto.

Será, no entanto, exactamente assim? Centremo-nos na dimensão signitiva, para depois nos debruçarmos sobre o aspecto manifestativo e comunicativo.

### a) A inclusão da materialidade do signo na idealidade da expressão

De acordo com o autor das *Investigações Lógicas*, no solilóquio interior o elemento físico da palavra, som ou grafia, seria simplesmente representado na imaginação (*Phantasie*), e deixaria de existir enquanto real (*wirkliche*). Referindo-se ao signo no discurso solitário, escreve:

«Aqui contentamo-nos, normalmente, com palavras representadas em vez de palavras reais. Na imaginação, paira sobre nós um signo verbal, falado ou impresso, na verdade ele não existe de todo. Não confundiremos, então [*doch*], as representações de imaginação, ou até mesmo os conteúdos de imaginação que lhes estão subjacentes, com os objectos imaginados. Não é o som de palavra imaginado ou o carácter impresso imaginado que existe, mas a sua representação de imaginação. A diferença é a mesma que entre o centauro imaginado e a sua representação de imaginação. A não-existência da palavra não nos perturba. Mas ela também não nos interessa. Pois isso não diz respeito à função da expressão enquanto expressão.»<sup>20</sup>

A representação de imaginação anularia, pura e simplesmente, a existência física da palavra, deixando sobreviver apenas, para além do próprio acto de representação, o conteúdo ou, utilizando terminologia posterior de Husserl, o noema dessa mesma representação.<sup>21</sup> Contudo, é a sua própria concepção de imaginação que inviabiliza tal anulação, na medida em que, de

<sup>20</sup> «Hier begnügen wir uns ja, normalerweise, mit vorgestellten anstatt mit wirklichen Worten. In der Phantasie schwebt uns ein gesprochenes oder gedrucktes Wortzeichen vor, in Wahrheit existiert er gar nicht. Wir werden doch nicht die Phantasievorstellungen oder gar die ihnen zugrundeliegenden Phantasieinhalten mit den phantasierten Gegenständen verwechseln. Nicht der phantasierte Wortklang oder die phantasierte Druckschrift existiert, sondern die Phantasievorstellung von dergleichen. Der Unterschied ist derselbe wie zwischen dem phantasierten Zentauren und der Phantasievorstellung von demselben. Die Nicht-Existenz des Wortes stört uns nicht. Aber sie interessiert uns auch nicht. Denn zur Funktion des Ausdrucks als Ausdruck kommt es darauf gar nicht an.» (*LU*, XIX/1, p. 42.) Cf., para a globalidade do texto da argumentação, *Id.*, pp. 41-43.

<sup>21</sup> O noema, enquanto componente não real (*reell*) da vivência, existirá ainda menos do que a sua representação ou noese. Sobre a estrutura noético-noemática em geral, vej. *IPI*, pp. 200-237. Acerca do estatuto não real do noema no signo e no objecto-imagen (*Bildobjekt*), cf. *Id.*, pp. 237-238. Para uma apreciação por Derrida do caso da imaginação, *VP*, pp. 48-52.

acordo com ela, e aplicando mais uma vez terminologia de *Ideias I*, a imaginação não se confunde com a neutralização plena da existência mundana, a qual dá acesso à idealidade pura, sendo esta, neste caso, protagonizada pela forma idêntica do signo: «[...] é de evitar uma confusão muito fácil, nomeadamente entre a *modificação de neutralidade* e a *imaginação*. [...] é de uma importância capital não confundir *esta* modificação [a imaginação], *idealiter* sempre possível, que transformaria toda a vivência, também a imaginante mesma, na *mera imagem* exactamente correspondente ou, o que é *o mesmo*, na *recordação neutralizada*, com aquela modificação de neutralidade que nós podemos opôr a toda a vivência “posicional”». <sup>22</sup> A imaginação é, para o autor, uma presentificação ou re-presentação (*Vergegenwärtigung*) de uma percepção, de uma apresentação originária (*Gegenwärtigung, Präsentation*) que, não tendo, ao contrário da re-presentação de recordação (*Wiedererinnerung*), carácter posicional (*setzende*), e exercendo inclusivamente a sua neutralização sobre esta última, <sup>23</sup> não deixa de conter, ainda assim, enquanto re-presentação, uma referência à posição de existência. Como sublinha Derrida, «se ela é um bom instrumento auxiliar da neutralização fenomenológica, a imagem não é pura neutralização. Ela guarda nela a referência primeira a uma apresentação originária, quer dizer, a uma percepção e a uma posição de existência, a uma crença em geral.» <sup>24</sup>

Consequentemente, o elemento empírico-sensível não estará totalmente ausente no discurso interior, o que coloca em causa o argumento husserliano para a sua não-essencialidade na expressão. A ligação, mesmo que mediada, entre a imaginação e a percepção, impede que a relação entre a expressão e a indicação, entre a forma ideal do signo e a sua sensibilidade, seja fundamentalmente de exterioridade e justaposição. É certo que, para Husserl, o conteúdo imaginado não se confunde com a identidade ideal, mas a imaginação não deixa de ser, como se mencionou, um instrumento auxiliar importante da idealização neutralizante, o que instaura, de acordo com o autor francês, uma certa interferência e continuidade entre a idealidade e a empiricidade. Partindo da diferença entre a neutralidade pura e a neutralização de imaginação, afirma: «É por isso que a idealidade pura, à qual a neutralização dá acesso, não é o fictício. Este tema aparece muito cedo, e alimentará sem cessar a polémica contra Hume. Mas não é um acaso se o pen-

<sup>22</sup> IPI, pp. 250-251 – o parêntese é nosso. Cf. *Id.*, pp. 250-254; sobre a modificação de neutralidade em geral, *Id.*, pp. 247-262 e 268-272. Husserl distingue também, nas *Investigações Lógicas*, a “mera representação” (“*blosse Vorstellung*”) ou representação não-posicional (*nicht-setzende*), modificação de qualidade que corresponde à neutralização em *Ideias I*, da representação e modificação imaginativas (*einbildende, imaginative, phantasie-mässige*). Cf. *LU*, XIX/1, pp. 505-514; tb. *IPI*, pp. 253-254.

<sup>23</sup> «Näher ausgeführt, ist das *Phantasieren* überhaupt die *Neutralitätsmodifikation der “setzenden” Vergegenwärtigung*, also der Erinnerung im denkbar weitesten Sinne.» (*IPI*, p. 250.) Cf. *Id.*, pp. 250-252.

<sup>24</sup> *VP*, p. 62. Cf. *Id.*, pp. 61-63.

samento humeano fascinou cada vez mais Husserl. O poder de pura repetição que abre a idealidade e aquele que libera a reprodução imaginativa da percepção empírica não podem ser estranhos um ao outro. Os seus produtos tão pouco.»<sup>25</sup>

A ligação essencial entre o ideal e o sensível manifestar-se-á também, necessariamente, no discurso efectivamente proferido. Não é só a empiricidade que se imiscue no discurso interior, é também toda a esfera da representação (*Vorstellung*) que habita originariamente, e não apenas de forma exterior, a realidade do significante.<sup>26</sup> No discurso efectivo não haveria, ao contrário do que defende Husserl, uma percepção do signo,<sup>27</sup> mas este seria “já sempre” repetitivo, intrinsecamente transido pela re-presentação: «Com efeito, quando me sirvo, *efectivamente*, como se diz, de palavras, que eu o faça ou não com fins comunicativos [...], eu devo, à partida, operar (n)uma estrutura de repetição cujo elemento não pode ser senão representativo. Um signo não é nunca um acontecimento, se acontecimento quer dizer unicidade empírica insubstituível e irreversível. Um signo que não teria lugar senão “uma vez” não seria um signo. Um signo puramente idiomático não seria um signo.»<sup>28</sup> Esta inerência da repetição à apresentação, no signo, implica, segundo Derrida, o desmoronar das próprias noções tradicionais e correlativas de presença originária e re-presentação, percepção e imaginação: «ao afirmar que a *percepção não existe* ou que aquilo a que se chama percepção não é originário, e que de uma certa maneira tudo “começa” pela “re-presentação” (proposição que não pode evidentemente sustentar-se senão na rasura destes dois últimos conceitos: ela significa que não há “começo” e a “re-presentação” de que falamos não é a modificação de um “re-“*sobre-vinda* a uma apresentação originária), reintroduzindo a diferença do “signo” no coração do “originário”, [...] vimos, assim, de designar a intenção primeira – e o horizonte longínquo – do presente ensaio.»<sup>29</sup>

<sup>25</sup> *VP*, p. 62.

<sup>26</sup> Trata-se, inclusivamente, de contestar a distinção entre a realidade e a representação: «(...) dès lors qu'on a admis que le discours appartenait essentiellement à l'ordre de la représentation, la distinction entre discours “effectif” et représentation de discours devient suspecte, que le discours soit purement “expressif” ou engagé dans une “communication”. En raison de la structure originellement répétitive du signe en général, il y a toutes les chances pour que le langage “effectif” soit aussi imaginaire que le discours imaginaire; et pour que le discours imaginaire soit aussi effectif que le discours effectif. Qu'il s'agisse d'expression ou de communication indicative, la différence entre la réalité et la représentation, entre le vrai et l'imaginaire, entre la présence simple et la répétition a toujours déjà commencé à s'effacer.» (*Id.*, p. 56.)

<sup>27</sup> Vej. as notas 12, 13 e 14.

<sup>28</sup> *VP*, p. 55. Cf. *Id.*, pp. 54-57.

<sup>29</sup> *Id.*, p. 50. Vej. tb. *Id.*, pp. 64 e 116. Derrida demarca a sua posição quer do “empirismo”, quer do tipo de crítica kantiano à pretensão de uma intuição originária, crítica feita em nome de uma subjectividade transcendental. Cf. *Id.*, p. 50.

É já, deste modo, o próprio significante na sua globalidade que, através da unidade entre a sua materialidade e a sua forma ideal, penetra na representação e na idealidade da significação, desmontando, inclusivamente, a tradicional subordinação da re-representação signitiva (*Repräsentation, Stellvertretung*) à presença originária do significado: «Com a diferença entre a presença real e a presença na representação como *Vorstellung*, é assim, pela linguagem, todo um sistema de diferenças que é arrastado na mesma desconstrução: entre o representado e o representante em geral, o significado e o significante, a presença simples e a sua reprodução, a apresentação como *Vorstellung* e a re-presentation como *Vergegenwärtigung*; porque a re-presentation tem por representado uma apresentação [*Präsentation*] como *Vorstellung*.»<sup>30</sup> A crítica da presença e da apresentação estende-se, portanto, também à representação, a qual será mesmo considerada a «forma geral da presença como proximidade a um olhar»<sup>31</sup>: «Chega-se assim – contra a intenção expressa de Husserl – a fazer depender a *Vorstellung* ela mesma, e enquanto tal, da possibilidade da repetição, e a *Vorstellung* mais simples, a apresentação [*Gegenwärtigung*], da possibilidade da re-presentation [*Vergegenwärtigung*]. Deriva-se a presença-do-presente da repetição e não o inverso.»<sup>32</sup> Será no ponto 3, dedicado à intuição, que desenvolveremos a tese derridiana da derivação da presença a partir da diferença e da repetição.

### b) A inclusão da comunicação na consciência

Se considerarmos, por sua vez, o discurso husserliano sobre o aspecto comunicativo da indicação, encontramos, por um lado, mais um argumento a favor da inclusão do índice na expressão e, por outro, uma certa fragilidade na argumentação que incide sobre aquele aspecto.

Husserl parece distinguir dois “níveis” na representação de imaginação, dando a entender que o discurso comunicativo é mais fictício do que o discurso puramente expressivo e objectivo, atribuindo a este, por consequência, um certo grau de realidade (*Wirklichkeit*). A seguir a ter defendido a inexistência da palavra real no solilóquio interior, e ainda que tendo afirmado a

<sup>30</sup> *Id.*, pp. 57-58.

<sup>31</sup> *Id.*, p. 59.

<sup>32</sup> *VP*, p. 58. Cf. *Id.*, pp. 56-61. Crítica da representação que implica o apagamento do conceito de signo tal como o conhecemos: «Par conséquent, restaurer l'originalité et le caractère non dérivé du signe contre la métaphysique classique, c'est aussi bien, par un paradoxe apparent, effacer un concept de signe dont toute l'histoire et tout le sens appartiennent à l'aventure de la métaphysique de la présence. Ce schéma vaut aussi bien pour les concepts de représentation, de répétition, de différence, etc., ainsi que pour tout leur système. Le mouvement de ce schéma ne pourra, pour le moment et pour longtemps, que travailler de l'intérieur, d'un certain dedans, le langage de la métaphysique. Ce travail a sans doute toujours déjà commencé. Il faudrait ressaisir ce qui se passe dans ce dedans quand la clôture de la métaphysique vient à être nommée.» (*Id.*, p. 57) Cf. *Ibid.*

ligação indissociável entre o aspecto signitivo e o aspecto comunicativo, escreve:

«Em certo sentido, *fala-se* também, sem dúvida, no discurso solitário, e seguramente é aí possível apreender-se a si mesmo como falando, e eventualmente, até, como falando a si próprio. Como quando, por exemplo, alguém se diz: agiste mal, não podes continuar a comportar-te assim. Mas em tais casos, não se fala em sentido próprio, em sentido comunicativo, não se comunica nada a si mesmo, representamo-nos apenas como falando e comunicando. No discurso monológico, as palavras não podem, de facto [*doch*], servir-nos na função de índices para a existência de actos psíquicos, porque tal indicação não teria aqui qualquer finalidade. Os actos em questão são vividos por nós próprios no mesmo instante [*im selben Augenblick*].»<sup>33</sup>

A afirmação de que, «em certo sentido», se fala «também, sem dúvida, no discurso solitário», bem como a negação explícita do «sentido próprio» do falar, nesse mesmo discurso, apenas aos «casos» paradigmáticos do comunicativo, conduzem a pensar que o signo puramente expressivo possui, no solilóquio interior, uma determinada realidade; ele encontrar-se-ia numa maior proximidade com a vivência, sobre a qual, então, poderia “recair” um acto comunicativo.<sup>34</sup> Correlativamente, se focarmos o conteúdo do exemplo apresentado, que corresponde a um discurso prático, a uma avaliação e a uma exortação de base axiológica, compreendemos que, para Husserl, o sujeito pode não se comunicar nada a si mesmo também na medida em que a proposição não inclui directamente um conteúdo objectual e predicativo e, portanto, em última análise, a referência a um objecto empírico-mundano, a

<sup>33</sup> «In gewissem Sinne *spricht* man allerdings auch in der einsamen Rede, und sicherlich ist es dabei möglich, sich selbst als Sprechenden und eventuell sogar als zu sich selbst Sprechenden aufzufassen. Wie wenn z. B. jemand zu sich selbst sagt: Das hast du schlecht gemacht, so kannst du es nicht weiter treiben. Aber im eigentlichen, kommunikativen Sinne spricht man in solchen Fällen nicht, man teilt sich nichts mit, man stellt sich nur als Sprechenden und Mitteilenden vor. In der monologischen Rede können uns die Worte doch nicht in der Funktion von Anzeichen für das Dasein psychischer Akte dienen, da solche Anzeige hier ganz zwecklos wäre. Die fraglichen Akte sind ja im selben Augenblick von uns selbst erlebt.» (*LU*, XIX/1, p. 43.) Cf. *Id.*, pp. 42-43.

<sup>34</sup> Derrida também o argumenta: «[...] dans la sphère de l'intériorité ainsi dégagée par cette fiction [como representação de imaginação em geral], on appelle fictif le discours communicatif qu'un sujet peut éventuellement s'adresser («tu as mal agi»), ce qui laisse penser qu'un discours non-communicatif, purement expressif, peut avoir *effectivement* lieu dans la vie solitaire de l'âme [...] A l'intérieur de la pure “représentativité” intérieure, dans la “vie solitaire de l'âme”, certains types de discours pourraient être *effectivement* tenus, comme *effectivement* représentatifs (ce serait le cas du langage expressif et, disons-le déjà, purement objectif, théorico-logique), alors que certains autres restent purement *fictifs* (ces fictions repérées dans la fiction seraient les actes de communication indicative entre soi et soi, soi comme un autre et soi comme soi, etc.)» (*VP*, pp. 62-63.) Cf. *Ibid.*

algo que “existe”.<sup>35</sup> Afirma Derrida: «Paradoxalmente, ela não é indicativa porque, enquanto não teórica, não lógica, não cognitiva, ela também não é expressiva. É por isso que ela seria um fenómeno de significação perfeitamente fictício. Aí se verifica a unidade do *Zeigen* antes da sua difracção em índice e em expressão.»<sup>36</sup> Não haveria, portanto, no solilóquio interior, apenas um certo privilégio, quanto à existência real, do signo expressivo sobre a comunicação, mas também da expressão cognitiva sobre a expressão não cognitiva.<sup>37</sup>

Contudo, e apoiando Husserl nesta aproximação à realidade dos factores signitivo-expressivo e cognitivo, não nos parece que a comunicação, juntamente com a expressão não objectivante, seja, no discurso interior, meramente fictícia. Em primeiro lugar, porque os três “planos” são, em certa medida, inseparáveis, de forma a dissolver-se o privilégio da forma lógico-teórica. Em segundo lugar, porque, como vimos, a representação de imaginação em geral permanece conectada a uma posição de existência, neste caso à comunicação no discurso real. De modo análogo ao elemento signitivo, também o aspecto comunicativo possui, no discurso interior, uma determinada realidade.<sup>38</sup> O argumento de Husserl está longe de a refutar, desde logo

<sup>35</sup> Tal como o acto comunicativo, também a vivência ética envolve a relação a si ou a outrem, não se centrando propriamente na objectivação pura: «Dans les propositions choisies, le sujet s'adresse à lui-même comme à une deuxième personne qu'il blâme, exhorte, invite à une décision ou à un remords. Cela prouve sans doute qu'on n'a pas affaire ici à des “indications”. Rien n'est montré, directement ou indirectement, le sujet ne s'apprend rien sur lui-même, son langage ne renvoie à rien qui “existe”. Le sujet ne s'informe pas lui-même, n'opère ni *Kundgabe* ni *Kundnahme*.» (VP, p. 79.)

<sup>36</sup> VP, p. 81. E continua, salientando o privilégio da forma predicativa: «Or la modalité temporelle de ces propositions n'est pas indifférente. Si ces propositions ne sont pas des propositions de connaissance, c'est qu'elles ne sont pas immédiatement dans la forme de la prédication: elles n'utilisent pas directement le verbe *être* et leur sens, sinon leur forme grammaticale, n'est pas au présent: constat d'un passé en forme de reproche, exhortation au remords et à l'amendement. C'est que l'indicatif présent du verbe *être* est la forme pure et téléologique de la logicité de l'expression. Mieux: l'indicatif présent du verbe *être* à la troisième personne. Plutôt encore: proposition du type “S é P” dans laquelle S ne soit pas une personne qu'on puisse remplacer par un pronom personnel, celui-ci ayant dans tout discours réel une valeur seulement indicative. Le sujet S doit être un nom et un nom d'objet. (...) Le “se-parler” que Husserl veut ici restaurer n'est pas un “se-parler-de-soi-à-soi”, sauf si celui-ci peut prendre la forme d'un “se-dire que S é P”.» (Ibid.) Cf. *Id.*, pp. 81-84. Sobre o estatuto indicativo do pronome pessoal no discurso real, cf. a alínea b) do ponto 2. Para as questões da intuição, da identidade e da terceira pessoa do indicativo presente do verbo ‘ser’, vej. o ponto 3 e o início do ponto 4.

<sup>37</sup> A defesa desta última primazia consiste também na afirmação, quer nas *Investigações Lógicas* quer em *Ideias I*, da presença implícita de um núcleo fundante “dóxico”, lógico e objectivo em qualquer vivência afectiva, axiológica ou prática, bem como na respectiva expressão. Vej. IPI, pp. 254-281 e 291-294; tb. LU, XIX/1, pp. 401-419 e 514-519.

<sup>38</sup> Fazendo cair, mais uma vez, as barreiras entre a realidade e a representação, afirma o autor das *Margens*: «Husserl doit donc supposer entre la communication effective et la représentation de soi comme sujet parlant une différence telle que la représentation de soi ne puisse venir

porque não se refere à vivência comunicativa ela mesma, mas apenas à relação de utilidade com a vivência “comunicada”, e também porque nos parece altamente discutível que ela seja “inútil” para esta última. É certo que o acesso à vivência é muito maior na vida solitária da alma do que na comunicação real entre sujeitos, mas isso não poderá significar, como se afirma, que «os actos são vividos por nós no mesmo instante», como se estivessem numa unidade absoluta consigo mesmos, como se a relação a si não implicasse uma diferença e uma distância irreduzíveis, ou como se a dimensão comunicativa lhe fosse simplesmente exterior. Nas palavras de Derrida sobre a posição do autor alemão: «[...] a consciência é a presença a si do viver, do *Erleben*, da experiência. Esta é simples e não é nunca, por essência, afectada pela ilusão, visto que ela não se relaciona senão a si numa proximidade absoluta. A ilusão do falar-se [*se-parler*] flutuaria à sua superfície como uma consciência vazia, periférica e secundária. A linguagem e a sua representação viriam juntar-se a uma consciência simples e simplesmente presente a si, a uma vivência, em todo o caso, que pode reflectir em silêncio a sua própria presença.»<sup>39</sup> Husserl desdobra a relação a si, de modo questionável, em dois planos separados, o da consciência, como presença simples e plena a si, que seria real (*wirklich*), e o da comunicação consigo mesmo, que seria simplesmente fictício.

Entretanto, não se trata apenas, para o autor d’ *A crise das ciências europeias*, de excluir o índice linguístico da expressão e a comunicação da consciência, mas também de colocar a própria vivência fora da significação.

## 2. Vivência e significação

Entramos, agora, na segunda das três demarcações que apresentámos na introdução, a respeitante ao acto que confere a significação. Para além da sensação, uma parte importante da vivência, a par do índice e da comunicação, é, como se verificou na caracterização da função indicativa, a referência mais ou menos longínqua, através da intenção de significação, ao objecto empírico-mundano. Se anteriormente nos debruçámos sobre o “veículo” da indicação e sobre a intenção de comunicação, viramo-nos presentemente para o conteúdo indicado, ou, dito de outra maneira, passamos da dimensão signitiva da expressão para a sua dimensão semântica. Começamos por con-

---

que s’ajointe éventuellement et de l’extérieur à l’acte de communication. Or la structure de répétition originaire que nous venons d’évoquer à propos du signe doit commander la totalité des actes de signification. Le sujet ne peut parler sans s’en donner la représentation; et celle-ci n’est pas un accident. On ne peut donc pas plus imaginer un discours effectif sans représentation de soi qu’une représentation de discours sans discours effectif.» (*VP*, p. 64.) Cf. *Id.*, pp. 63-64.

<sup>39</sup> *Id.*, pp. 64-65. Cf. *Id.*, pp. 64-66.

frontar as posições de Husserl e Derrida sobre a significação, para depois abordarmos o obstáculo das expressões ocasionais à concepção husserliana.

### a) A inclusão das singularidades na idealidade da significação

Para o professor de Freiburg, como constatámos relativamente aos vectores signitivo e comunicativo, a “envolvência” empírica e singularizante não afecta, pelo menos de forma essencial, a significação, na medida em que esta é uma unidade ideal (*ideal*) que não se confunde com as particularidades reais (*realen*) dos actos que a conferem:

«A essência da significação, não a vemos na vivência que confere a significação, mas no seu “conteúdo” [da vivência], que apresenta uma unidade intencional idêntica perante a multiplicidade dispersa de vivências efectivas ou possíveis dos falantes e pensantes. “Conteúdo” da respectiva vivência de significação, neste sentido ideal, não é nada do que a psicologia entende por conteúdo, nomeadamente uma qualquer parte real [real] ou um lado de uma vivência.»<sup>40</sup>

Toda e qualquer variação “na” significação pertence, segundo Husserl, à vivência, sendo sempre psicológico-empírica: «as múltiplas particularidades face à [zur] significação una-ideal são naturalmente os momentos de acto do significar, as *intenções de significação*.»<sup>41</sup> O que o autor define como conteúdo psicológico são, «antes de mais, os elementos sensíveis da vivência, as aparições da palavra segundo os seus conteúdos puramente visuais, acústicos, motores e, além disso, os actos da interpretação [*Deutung*] objectual que situa as palavras no espaço e no tempo»,<sup>42</sup> os quais englobam a imaginação. De modo mais geral, «quando nós, ou quaisquer outras pessoas, repetimos a mesma proposição, tem cada uma os seus fenómenos, as suas palavras e os seus momentos de compreensão.»<sup>43</sup> A todos estes elementos, «variando consideravelmente de indivíduo para indivíduo», e no «mesmo indivíduo em tempos diferentes»,<sup>44</sup> confere o autor um carácter subjectivo.<sup>45</sup>

<sup>40</sup> «Das Wesen der Bedeutung sehen wir nicht im bedeutungsverleihenden Erlebnis, sondern in seinem “Inhalt”, der eine identische intentionale Einheit darstellt gegenüber der verstreuten Mannigfaltigkeit wirklicher oder möglicher Erlebnisse von Sprechenden und Denkenden. “Inhalt” des bezüglichen Bedeutungslebnisses in diesem idealen Sinn ist nichts weniger als das, was die Psychologie unter Inhalt meint, nämlich irgendein realer Teil oder eine Seite eines Erlebnisses.» (*LU*, XIX/1, p. 102 – o parêntese é nosso.) Cf. *Id.*, pp. 6, 8-9 e 102-106.

<sup>41</sup> *Id.*, p. 106. Cf. tb. *Id.*, pp. 83 e 94-97, esp. p. 96.

<sup>42</sup> *Id.*, p. 103.

<sup>43</sup> *Id.*, p. 105.

<sup>44</sup> *Id.*, p. 103. Cf. *Id.*, pp. 102-105.

<sup>45</sup> Imediatamente antes de se referir à imaginação: «Zum Inhalt im psychologischen Sinn gehören weiter mannigfache und deskriptiv nicht immer leicht zu fassende Unterschiede in

Quanto à significação, ela é entendida como uma “unidade na multiplicidade”, ela «não é senão a *identidade da espécie*. Assim, mas também só assim pode ela, como unidade ideal, abarcar a multiplicidade dispersa das particularidades individuais (εὐμβάλλειν εἰς ἓν).»<sup>46</sup> Ainda que atribuindo às significações a formação de uma «classe de conceitos no sentido de “*objectos gerais*”»,<sup>47</sup> Husserl nega não só a sua existência no “mundo”, como a sua hipostasiação platónica ou metafísica, a qual lhe confere uma existência «num τόπος οὐράνιος ou no espírito divino»,<sup>48</sup> ou mesmo «“no nosso pensamento”, na medida em que este co-pertence ao domínio do ser reico [*realen*], à esfera da temporalidade.»<sup>49</sup> Contudo, se o autor critica a hipostasiação ou a individualização da significação, não é menos verdade que, por um lado, lhe atribui uma «verdadeira [*wahrhafte*]» e «estrita [*strenge*] identidade»,<sup>50</sup> considerando-a como «*o mesmo* [*dasselbe*] no sentido mais estrito da palavra»<sup>51</sup> e, por outro, a torna ontologicamente independente do pensamento e da expressão, em algo que «é identicamente o que é, se eu penso ou sou, se em geral pessoas pensantes e actos são ou não»,<sup>52</sup> formando «uma totalidade [*Inbegriff*] idealmente fechada de objectos gerais, para os quais o ser pensado e expresso é contingente.»<sup>53</sup>

---

Ansehung des Aktcharakters, der die Meinung, bzw. das Verständnis in subjektiver Hinsicht ausmacht.» (*Ibid.*)

O conteúdo psicológico é também formado, para além dos elementos diferenciadores, por uma determinação geral da intenção que corresponde à identidade da significação: «[...] dieser Selbigkeit der Bedeutung in den zugehörigen Akten wirklich etwas Bestimmtes entspricht; [...] alle gleichsinnig verstandenen Ausdrücke mit derselben Bedeutungsintention, als einem gleichbestimmten psychischen Charakter, ausgestattet sind. Und durch ihn werden die in ihrem psychologischen Gehalt so stark differierenden Ausdruckserlebnisse allererst zu Erlebnissen von derselben Bedeutung.» (*Id.*, p. 104.) Cf., sobre a distinção entre o elemento geral da vivência e a diferenciação psicológico-empírica, *Id.*, pp. 6-9, 13-14, 20-21, 23-24, 27-29 e 103-104.

<sup>46</sup> *LU, XIX/1*, pp. 105-106. Também: «Die Idealität des Spezifischen [...], seine Idealität ist die der “Einheit in der Mannigfaltigkeit” [...]» (*Id.*, p. 107.) A significação relaciona-se com a pluralidade dos actos tal como «a vermelhidão *in specie* com as tiras de papel que aqui jazem, as quais “têm” todas esta mesma vermelhidão.» (*Id.*, p. 106.) Vej. tb. *Id.*, pp. 12-13.

<sup>47</sup> *Id.*, p. 106. Mais exactamente, a significação não é o conceito nem o objecto geral propriamente ditos, mas a representação através da qual eles são pensados; vej. *Id.*, p. 108.

<sup>48</sup> *Id.*, p. 106. Cf. *Ibid.*.

<sup>49</sup> *Ibid.*. Paralelamente, demarca-se da concepção normativa da idealidade, segundo a qual a significação seria um «ideal de perfeição», um «valor limite ideal» que «é contraposto aos casos particulares da sua mais ou menos aproximada realização.» (*Id.*, p. 107.) Tal visão seria uma outra forma de hipostasiação: «Die Idealität im gewöhnlichen, normativen Sinne schliesst die Realität nicht aus. Das Ideal ist ein konkretes Urbild, das sogar als wirkliches Ding existieren und vor Augen stehen kann. [...] ist es mindestens in der Vorstellungsin-  
tention ein Individuum.» (*Ibid.*)

<sup>50</sup> *Id.*, p. 105.

<sup>51</sup> *Ibid.*

<sup>52</sup> *Ibid.*

<sup>53</sup> *Id.*, p. 110.

A unidade ideal, enquanto não pensada, detém já uma forma de ser, mas que, paradoxalmente, só se realiza no pensamento e na expressão. Escreve Husserl: «Não existe em si, porém, nenhuma conexão necessária entre as unidades ideais, que funcionam facticamente como significações, e os signos aos quais elas estão ligadas, ou seja, através dos quais elas se realizam na vida da alma humana. Não podemos também, portanto, afirmar que todas as unidades ideais desta espécie são significações expressivas.»<sup>54</sup> Ousaremos dizer que a significação é, para Husserl, simultaneamente “transcendente” e “imaneente” ao acto, “transcendente” porque é abstraível e isolável da sua pluralidade, constituindo, inclusivamente, um objecto atemporal ontologicamente independente dele, “imaneente” porque é uma «unidade na multiplicidade», uma «identidade da espécie», dependendo mesmo da individualidade do acto para se efectivar.<sup>55</sup>

No entanto, interrogamo-nos, não contém a posição husserliana uma certa fragilidade?<sup>56</sup> Não serão o ser ideal da significação e o pensamento essencialmente inseparáveis e dependentes um do outro? E, se assim for, não se torna a tese da idealidade pura e da identidade estrita da significação dificilmente sustentável?

Derrida coloca em causa, desde logo, a separação entre o ideal e o psicológico e, nessa medida, o entendimento tradicional dos termos, em nome de um conceito de “vida” anterior a essa mesma distinção, e que ao mesmo tempo a possibilita. Referindo-se, por antecipação, ao paralelismo husserliano entre o psicológico puro e o transcendental, mas que se aplica também à separação estabelecida nas *Investigações Lógicas* entre o psicológico, na sua globalidade, e o ideal, afirma o autor de *La Grammatologie*: «[...] a estranha unidade destes dois paralelos, o que os relaciona um com o outro, se não deixa partilhar por eles e, dividindo-se a si mesmo, une [soude] finalmente o transcendental ao seu outro, é a *vida*. Apercebemo-nos, com efeito, muito rapidamente, que o único núcleo do conceito de *psyché* é a vida como

<sup>54</sup> *Id.*, pp. 109-110.

<sup>55</sup> É na *Segunda Investigação* que Husserl afirma que o acto da apreensão especializada (*spezialisierende Auffassung*) se funda no acto intencional individualizante. Depois de ter reconhecido a existência de uma base de representação fenomenal comum, sobre a qual se erige desde logo este último, afirma, referindo-se ao primeiro: «Dieses Meinen ist hinsichtlich seiner Auffassungsgrundlage offenbar ein fundiertes (vgl. VI Unters. §46), sofern sich auf die “Anschauung” des individuellen Hauses, bzw. seines Rot, eine neue Auffassungsweise baut, die für die intuitive Gegebenheit der Idee *Rot* konstitutiv ist.» (*LU*, XIX/1, p. 114.) Sobre tal distinção lógica, à qual Husserl confere um estatuto puramente formal e categorial, vej. *Id.*, pp. 111-126; tb. Husserl, *Logische Untersuchungen. Zweiter Band: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis. Zweiter Teil*, Husserliana – XIX/2, Haia, Martinus Nijhoff, 1984 (doravante *LU*, XIX/2), pp. 657-693.

<sup>56</sup> Pedro Alves qualifica a situação de «instável», que «Husserl abandonará posteriormente depois de ter incorporado na sua doutrina da intencionalidade o lado “noemático” ou “ôntico” da significação.» (Pedro Alves, *s. título*, texto dactilografado em curso de publicação (por gentil cedência do autor.))

relação a si, que ela se faça ou não na forma da consciência. O “viver” é, assim, o nome do que precede a redução e escapa finalmente a todas as partições [*partages*] que esta faz aparecer. Mas é que ele é a sua própria partilha e a sua própria oposição ao seu outro.»<sup>57</sup> Tal conceito de “vida” distingue-se do conceito corrente, sendo mesmo apelidado de ultra-transcendental: «Este conceito de *vida* é então retomado numa instância que não é mais a da ingenuidade pré-transcendental, na linguagem da vida corrente ou da ciência biológica. Mas este conceito ultra-transcendental da vida, se ele permite pensar a vida (no sentido corrente ou no sentido da biologia) e se ele não foi nunca inscrito na língua, apela porventura um *outro nome*.»<sup>58</sup> É precisamente este outro conceito, esta unidade “vital” da vida e do ideal, que Husserl nunca chega a interrogar.<sup>59</sup>

De acordo com tal unidade, o conteúdo empírico da vivência penetra e contamina a idealidade da significação, estendendo-se mesmo ao nível de profundidade da teoria e da logicidade. É o que se aplica, em primeira mão, à relação perceptiva ou imaginativa com o objecto mundano: «É que talvez a esta profundidade, a determinação da expressão é contaminada por aquilo mesmo que ela parece excluir: o *Zeigen* [mostrar], a relação com o objecto como mostração indicativa, mostrando com o dedo o que está diante dos olhos ou deve sempre poder aparecer a uma intuição na sua visibilidade, *não é invisível senão por provisão*. O *Zeigen* é sempre um visar (*Meinen*) que pré-determina a unidade de essência profunda entre o *Anzeigen* da indicação e o *Hinzeigen* da expressão.»<sup>60</sup> Neste processo indicativo, enquanto pertencente ao âmbito mais lato da ‘associação de ideias’, a vivência<sup>61</sup> mostra-se,

<sup>57</sup> *VP*, p. 14. Cf., tb. sobre o paralelismo husserliano do psicológico puro e do transcendental, *Id.*, pp. 9-14. Sobre o conteúdo psicológico de valor geral e o psicológico empírico nas *Investigações*, vej. a nota 44.

<sup>58</sup> *VP*, p. 14.

<sup>59</sup> Escreve ainda o autor francês: «Or l’unité du vivre, le foyer de la *Lebendigkeit* qui diffracte sa lumière dans tous les concepts fondamentaux de la phénoménologie (*Leben, Erlebnis, lebendige Gegenwart, Geistigkeit*, etc.) échappe à la réduction transcendantale et, comme unité de la vie mondaine et de la vie transcendantale, lui fraie même le passage. Quand la vie empirique ou même la région du psychique pur sont mises entre parenthèses, c’est encore une *vie* transcendantale ou en dernière instance la transcendentalité d’un présent *vivant* que découvre Husserl. Et qu’il thématise sans poser pour autant la question de cette unité du concept de *vie*.» (*Id.*, p. 9.) Cf. tb. *Id.*, pp. 9-14.

<sup>60</sup> *Id.*, p. 80 – o parêntese recto é nosso. E prossegue: «Et le signe (*Zeichen*) renverrait toujours, en dernière instance, au *Zeigen*, à l’espace, à la visibilité, au champ et à l’horizon de ce qui est objecté et pro-jeté, à la phénoménalité comme vis-à-vis et surface, évidence et intuition, et d’abord comme lumière.» (*Ibid.*) Cf. *Id.*, pp. 79-81.

<sup>61</sup> É o próprio autor alemão que, no parágrafo 3 da *Primeira Investigação*, estende a relação indicativa do plano do objecto ao plano da vivência, ao contrapôr, na demonstração lógico-dedutiva, a conexão das vivências, considerada meramente indicativa, à conexão ideal e objectivamente necessária das unidades ideais. Para além disso, no parágrafo 4, situa a indicação, já globalmente entendida, no âmbito mais lato da ‘associação de ideias’, não restringindo

como o próprio Husserl afirma, «criadora, porquanto produz, nomeadamente, caracteres e formas de unidade peculiares do ponto de vista descritivo.»<sup>62</sup> Estes caracteres e unidades apresentam-se mesmo dotados de intencionalidade e objectualidade: «Do que meramente está-em-conjunto formar o que se co-pertence – ou, para dá-lo a entender de modo mais preciso: formar, a partir deles, unidades intencionais aparecendo como co-pertinentes –, tal é a prestação contínua da função associativa. Toda a unidade de experiência, como unidade empírica da coisa, do processo, da ordem e relação cousais, é unidade fenoménica através da co-pertença perceptível das partes e lados, apresentando-se unitariamente, da objectualidade aparente.»<sup>63</sup> A função associativa participa na própria con-formação da objectualidade: «Uma coisa remete para outra, na aparição, segundo uma ordem e ligação determinadas. E o singular mesmo, nestas remissões para trás e para diante, não é o mero conteúdo vivido, mas o objecto aparente (ou a sua parte, a sua nota distintiva, e semelhantes), que só aparece porquanto a experiência confere aos conteúdos um novo *carácter* fenomenológico, na medida em que eles já não valem por si mesmos, mas tornam representável um objecto diferente deles.»<sup>64</sup> A formação de unidades fenomenais, intencionais e objectuais com base em conteúdos ditos empíricos e meramente coexistentes, parece ser um factor de aproximação tipológica destes últimos à dita idealidade da significação.

A participação da indicação não se limita, entretanto, utilizando a linguagem de *Experiência e Juízo*, às idealidades encadeadas, às significações cujo objecto, mesmo quando geral, reenvia à realidade natural, à espaço-temporalidade como forma do individual, mas estende-se também às idealidades livres, à objectividade absoluta das formações lógico-matemáticas e geométricas, portanto igualmente à morfologia pura das significações e à gramática pura lógica desenvolvidas nas *Investigações*, sendo que naquelas formações, diferentemente do que sucede nas significações encadeadas, a idealidade não pertence apenas ao conteúdo intencional, mas ao objecto ele mesmo, não sendo este mais do que a unidade do seu sentido verdadeiro. Como defende Derrida na sua “Introdução” à *Origem da Geometria* de Husserl, referindo-se às idealidades absolutas: «Mas esta identidade do sentido, fundamento da univocidade e condição da reactivação, é sempre relativa porque ela inscreve-se sempre no interior de um sistema móvel de relações, e tem a sua origem num projecto de aquisição aberto ao infinito. Mesmo se estas relações são, no interior de uma ciência, relações de idealidades puras e de “verdades”, elas não dão menos lugar a colocações em perspectivas sin-

---

esta às leis da associação baseadas puramente nos conteúdos ou nos géneros dos seus momentos abstractos. Cf. *LU*, XIX/1, pp. 32-37; tb. *VP*, pp. 28-31 e 30-32.

<sup>62</sup> *LU*, XIX/1, p. 36.

<sup>63</sup> *Id.*, p. 36.

<sup>64</sup> *Id.*, pp. 36-37. Cf. *Id.*, pp. 35-37; tb. *VP*, pp. 30-32.

gulares, a encadeamentos múltiplos do sentido, portanto a intenções [visées] mediatas e potenciais.»<sup>65</sup> Esta abertura e mobilidade do pensamento impede a fixação absoluta do conhecimento objectivo e, por outro lado, constitui um vector importante na sua transformação e evolução. Atribuindo a equivocidade irredutível da linguagem ao facto de que as palavras «não são, e não podem nunca ser, *objectos* absolutos. Elas não têm identidade resistente e permanente que lhes seja absolutamente própria. Elas têm o seu ser de linguagem de uma intenção que as atravessa como mediações», escreve o autor, ainda no âmbito da discussão daquele texto de Husserl: «A “*mesma*” palavra é sempre “*outra*” segundo os actos intencionais sempre diferentes que fazem dela uma palavra significante. Há aí uma espécie de equivocidade *pura* que cresce ao ritmo mesmo da ciência. Também Husserl precisa em nota que a enunciação científica, sem ser posta em causa na sua verdade, permanece sempre provisória, e que “*o conhecimento objectivo, absolutamente estabelecido da verdade é uma ideia infinita*”.»<sup>66</sup>

Para além de não se confundir totalmente a significação com a possibilidade de ser expressa linguisticamente e comunicada no processo dialógico, consideramos que a perspectiva singular e a intenção mediata, de acordo com a unidade entre o ideal e o empírico, não poderão ser consideradas propriamente subjectivas, ainda que haja também nelas elementos inexprimíveis e aspectos da “vivência” incomunicáveis. O termo linguístico exprime mais, ou menos, do que a objectividade, ele significa também uma zona de virtualidade que é acessível na comunicação. Não se nega, desta maneira, a determinação e a mesmidade da significação, mas apenas a sua identidade «estrita», a sua “idealidade abstracta”, o seu isolamento “artificial” da “vivência”, esse «viver no efeito – assegurado, tranquilo, constituído – da repetição, da representação, da diferença que furta a presença.»<sup>67</sup>

### **b) A dificuldade de objectivação nas expressões essencialmente subjectivas e ocasionais**

O próprio fundador da Fenomenologia se defronta com a dificuldade de redução da diferença empírica, nomeadamente nos casos em que a determinação completa da significação implica a designação de um objecto particular, ou seja, a propósito das expressões que apelida de ‘essencialmente subjectivas e ocasionais’. A cada uma delas «pertence um grupo concep-

<sup>65</sup> Derrida, *IOG*, p. 106. Cf. *Id.*, pp. 105-107; tb. *VP*, pp. 28-32. Sobre as idealidades livres e as idealidades encadeadas, vej. Husserl, *Erfahrung und Urteil. Untersuchungen zur Genealogie der Logik*, 6ª ed., Hamburgo, Felix Meiner Verlag, 1985, pp. 319-321. É na *Terceira e Quarta Investigações Lógicas* que Husserl desenvolve a temática da morfologia pura das significações e da gramática pura lógica; vej. o início do nosso ponto 3.

<sup>66</sup> *IOG*, pp. 106-107. Cf. Husserl, *KW*, Suplemento III, p. 373.

<sup>67</sup> *VP*, p. 57. Cf. *Id.*, pp. 56-57.

tualmente-unitário de significações possíveis, de tal modo que lhe é essencial orientar, de cada vez, a sua significação actual pela ocasião, pela pessoa que fala e pela sua situação.»<sup>68</sup> Tais expressões incluem, por um lado, aquelas em que o objecto designado é a própria vivência, como sucede nas «frases interrogativas, desiderativas, imperativas»,<sup>69</sup> e nas enunciações com a forma «*eu imagino, eu sou de opinião, eu julgo, eu presumo, etc., que ...*»<sup>70</sup>; por outro lado, os pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos, bem como os advérbios “subjectivos” («*aqui, ali, em cima, em baixo, respectivamente agora, ontem, amanhã, depois, etc.*»).<sup>71</sup> Em qualquer dos conjuntos, encontramos, correspondendo à própria expressão, uma significação indicante que, possuindo uma funcionalidade e uma conceptualidade gerais, não constitui ainda propriamente a significação, a qual só se realiza com a significação indicada, na medida em que a indicante «serve então a outra, a representação singular, e marca o seu objecto, simultaneamente no modo da subsunção, como o visado *hic et nunc*.»<sup>72</sup> Nos casos em que a expressão ocasional tem como objecto uma realidade “exterior”, a representação singular não é, de acordo com o parágrafo 5 da “Sexta Investigação”, a percepção, mas sobre o fundamento desta «*constrói-se um novo acto, que se orienta por ela, na sua diferença dependente dela, o acto do visar-isto. A significação assenta, e assenta inteiramente apenas, neste visar remissivo [entendido na sua generalidade, não na sua particularidade].*»<sup>73</sup> Porém, em consonância com o que defendemos a propósito da percepção e da imaginação, não acompanhamos

<sup>68</sup> LU, XIX/1, p. 87.

<sup>69</sup> *Id.*, p. 84.

<sup>70</sup> *Ibid.*. Husserl define, do seguinte modo, este tipo de expressões subjectivas: «Ausdrücke können ebensowohl wie auf andere Gegenstände, auch auf die gegenwärtigen psychischen Erlebnissen des sich Äussernden Beziehung haben. Danach zerfallen die Ausdrücke in solche, die das Gegenständliche, das sie nennen (oder überhaupt bezeichnen), zugleich kundgeben, und in solche, bei denen der gennante und der kundgegebene Inhalt auseinandertreten.» (*Ibid.*) O recobrimento do objecto designado e do conteúdo manifestado só é possível, no entanto, se se entender a manifestação em sentido lato. Cf. *Id.*, pp. 84-85; tb. a nota 15.

<sup>71</sup> *Id.*, p. 90.

<sup>72</sup> *Id.*, p. 89. Também: «Die volle und wirkliche Bedeutung aber kann sich in jedem Falle seiner normalen Funktion nur auf Grund der sich zudrängenden Vorstellung dessen entfalten, worauf es sich gegenständlich bezieht.» (*Id.*, p. 89.) Sobre a funcionalidade e a conceptualidade gerais da significação indicante, cf. *Id.*, pp. 87-91.

Husserl aperfeiçoa, no parágrafo 5 da *Sexta Investigação*, a distinção entre ambas as significações, atribuindo-lhe um carácter diferente consoante os pontos de vista do falante e do ouvinte; enquanto que para este último a distinção e a sucessão são bem delimitadas, para o primeiro a sucessão não existe: «[...] besteht die Aufeinanderfolge nicht: er bedarf der unbestimmt hinweisenden Vorstellung nicht, welche beim Hörenden als “Anzeige” fungierte. Nicht die Vorstellung der Hinweisung, sondern die Hinweisung selbst ist bei ihm gegeben, und sie ist *eo ipso* die sachlich bestimmt gerichtete; von vornherein hat der Sprechende die “angezeigte” Bedeutung und hat sie in der unmittelbaren, sich nach der Anschauung orientierende Vorstellungsentention.» (LU, XIX/2, p. 557.) Cf. *Id.*, pp. 556-558.

<sup>73</sup> *Id.*, p. 554 – o parêntese é nosso. Cf. *Id.*, pp. 552-554; vej. tb. a nota 44.

esta visão estratificada da relação entre o elemento sensível e a significação, ainda que entendamos, como Husserl alegadamente pretende, que a significação é autónoma relativamente à intuição perceptiva.<sup>74</sup>

Para o autor das *Meditações Cartesianas*, o elemento ocasional da expressão encontra-se apenas no acto de visar (enquanto factor de diferenciação), e não no conteúdo visado, procurando estabelecer a mesma dicotomia que nas expressões gerais: «o conteúdo que a expressão subjectiva, que orienta a sua significação pela ocasião, visa num caso determinado, é precisamente uma significação unitária ideal no sentido em que o é o conteúdo de uma expressão fixa»;<sup>75</sup> e afirma também que, «visto de forma precisa, o oscilar das significações é propriamente um *oscilar do significar*.»<sup>76</sup> A diferença relativamente às expressões universais é que o conteúdo ideal não é acessível de forma “imediate”, correspondendo apenas à possibilidade de substituir, «falando *idealmente*, cada expressão subjectiva, mantendo idêntica a intenção de significação que momentaneamente lhe pertence, por expressões objectivas».<sup>77</sup> Efectivamente, o filósofo alemão defenderá, e enunciará do seguinte modo, o princípio da *ausência de limites da razão objectiva*: «Tudo o que é, é conhecível “em si”, e o seu ser é um ser determinado quanto ao conteúdo, que se documenta em tais e tais “verdades em si”. [...] Mas o que é, em si, determinado de forma fixa, deve deixar-se determinar objectivamente, e o que se deixa determinar objectivamente, deixa-se, falando idealmente, exprimir em significações linguísticas [*Wortbedeutungen*] determinadas de forma fixa.»<sup>78</sup> No entanto, tal princípio é acompanhado pelo reconhecimento de que «nós nos encontramos infinitamente longe deste ideal», e que «se apague as palavras essencialmente ocasionais da nossa língua, e se tente descrever qualquer vivência subjectiva de modo unívoco e objectivamente fixo. Toda a tentativa é manifestamente vã.»<sup>79</sup> A possibili-

<sup>74</sup> Husserl tenta demarcar rigorosamente a significação face à intuição perceptiva, pois ainda que a intuição lhe dê o objecto, seja necessária ao seu desenvolvimento e oriente o carácter de acto da remissão, este é determinado pela intenção: «[...] nimmt er eine Bestimmtheit der Intention an, welche sich in der Anschauung, nach einem *allgemeinen* Bestande, der als das intentionale Wesen zu charakterisieren ist, erfüllt. Denn das hinweisende Meinen ist dasselbe, welche Wahrnehmung aus der Mannigfaltigkeit zusammengehöriger Wahrnehmungen zugrunde liegen mag, in denen immer derselbe, und *erkennbar* derselbe, Gegenstand erscheint.» (*Id.*, p. 554.) Cf. *Id.*, pp. 552-556.

<sup>75</sup> *LU*, XIX/1, p. 95.

<sup>76</sup> *Id.*, p. 96.

<sup>77</sup> *Id.*, p. 95. Husserl define assim a expressão objectiva: «[...] seine Bedeutung bloss durch seinen lautlichen Erscheinungsgehalt bindet, bzw. binden kann, und daher zu verstehen ist, ohne dass es notwendig des Hinblickes auf die sich äussernde Person und auf die Umstände ihrer Äusserung bedürfte.» – *Id.*, p. 86.) Sobre a diferença entre a possível equívocidade da expressão objectiva, que é sempre convencional, e a plurivocidade essencial da expressão ocasional, cf. *Id.*, pp. 85-87.

<sup>78</sup> *Id.*, p. 95.

<sup>79</sup> *Id.*, p. 96. Vej., também sobre a insuficiência das determinações de tempo e de lugar, *Ibid.*.

dade de substituição de todas as expressões subjectivas, «numa muito grande medida, não é realizável de modo fáctico, e [...] permanecerá mesmo para sempre irrealizável.»<sup>80</sup> Segundo o autor francês, Husserl faz cair as distinções essenciais entre o ideal e o real, o objectivo e o subjectivo, «na aporia seguinte: *de facto*, *realiter*, elas não são nunca respeitadas, Husserl reconhece-o. *De direito* e *idealiter*, elas apagam-se, pois elas não vivem, como distinções, senão da diferença entre o direito e o facto, a idealidade e a realidade. A sua possibilidade é a sua impossibilidade.»<sup>81</sup>

O que parece acontecer, de forma mais marcada, no caso da expressão ocasional, é que o correlato intencional não é propriamente ideal, sendo também algo de “individual” e “sensível” que não se deixa reduzir objectivamente, mas que tão pouco se pode imputar ao acto, e considerar meramente subjectivo. Derrida criticará, precisamente, o autor das *Ideias* por atribuir «à flutuação uma origem subjectiva, contestando a teoria segundo a qual ela pertenceria ao conteúdo objectivo da *Bedeutung* e feriria assim a sua idealidade».<sup>82</sup> Por maioria de razão, na expressão ocasional cujo objecto visado é uma vivência, o correlato não será traduzível objectivamente. E, se tivermos ainda em conta que qualquer vivência se pode tornar objecto de uma expressão subjectiva, que portanto a própria vivência da expressão demonstrativa pode ser seu objecto, então aumentam as dificuldades da tese husserliana. São, de resto, as próprias noções híbridas de «expressão essencialmente subjectiva e ocasional» e «significação indicada», que dizem de algum modo a imiçção de ambos os conteúdos, se tivermos presente, quanto à primeira, o estatuto ideal que é atribuído à expressão e, quanto à segunda, que a indicação é concebida por Husserl como uma relação entre objectos ou estados-de-coisas (*Sachverhalte*) empíricos.

Então, se a possibilidade da determinação objectiva não atinge certos níveis da particularidade do objecto, sendo antes contaminada por eles, compreender-se-á também a impossibilidade de alcançar uma pureza nas significações mais gerais, ou seja, tal como considerámos anteriormente, que estas são penetradas por diferenças das suas várias instâncias particulares, perpassadas por perspectivas singulares, por intenções mediatas e potenciais. A impossibilidade de separar e converter idealmente o elemento dito empírico e subjectivo não atinge apenas as expressões essencialmente ocasionais, mas, *mutatis mutandis*, qualquer outra expressão, desde logo as expressões vagas, que cobrem a maior parte da linguagem quotidiana, e as próprias expressões universais exactas.<sup>83</sup>

<sup>80</sup> *Id.*, p. 95.

<sup>81</sup> *VP*, p. 113.

<sup>82</sup> *Id.*, p. 112.

<sup>83</sup> Husserl caracteriza as expressões vagas, como por ex. ‘árvore e arbusto’, ‘animal e planta’, do seguinte modo: «[...] *Baum* und *Strauch*, *Tier* und *Pflanze* [...] besitzen nicht einen in jedem Falle ihrer Anwendung identischen Bedeutungsgehalt; sie orientieren ihre Bedeutung nach

### 3. O fracasso da intuição como factor de constituição da identidade ideal

A tentativa de constituição da objectividade, em qualquer destes casos, tem como condição a intuição, a qual cumpre a função de conhecimento. Se Husserl defende, por um lado, que a significação subsiste sem a intuição, que esta não é essencial à expressão, não deixa de afirmar, ao mesmo tempo, que a intuição funda (*fundiert*) a significação, dando-lhe o objecto, e que é nela que se alcança, através do preenchimento, a «clareza e distinção»,<sup>84</sup> «a significação “verdadeira” [*wahre*], “autêntica” [*eigentliche*]». <sup>85</sup> De acordo com Derrida, «o motivo da “presença” plena, o imperativo intuicionista e o projecto de conhecimento continuam a comandar – à distância, dizíamos nós – o conjunto da descrição. Num só e mesmo movimento, Husserl descreve e apaga a emancipação do discurso como não-saber. A originalidade do querer-dizer como intenção é limitada pelo *telos* da visão. A diferença que separa a intenção da intuição, para ser radical, não seria menos *pro-visória*. E esta *pro-visão* constituiria, apesar de tudo, a essência do querer-dizer. O

---

typisch, aber nur partiell klar und bestimmt aufgefassten Beispielen, die in verschiedenen Fällen, ja sogar in einem und demselben Gedankenzuge, vielfach zu wechseln pflegen. [...] den Umständen der Rede und den gedanklichen Anregungen, die sie erfährt, [...] ohne die Möglichkeit sicherer Identifizierung und Unterscheidung, die vor unmerklichen Verwechslungen der miteinander zusammenhängenden Begriffe behüten könnte.» (*LU*, XIX/1, p. 93.) Cf. *Id.*, pp. 93-94.

As expressões exactas, por seu turno, são as que «aparecem, como elementos, nas teorias e leis puras.» (*Ibid.*) O projecto lógico de Husserl, tendo como paradigma o discurso científico, implica, para as «verdades em si» de «tudo o que é», o número correspondente de *expressões* exactas; referindo-se a tais verdades, escreve: «Allerdings, um sie überall wirklich aussagen zu können, bedarf es nicht bloss der nötigen Zahl wohlunterschiedener *Wortzeichen*, sondern vor allem der entsprechenden Zahl von exact bedeutsamen *Ausdrücken* – dies Wort im vollen Sinne genommen. Es bedarf der Fähigkeit, alle diese Ausdrücke, also die Ausdrücke für alle theoretisch in Frage kommenden Bedeutungen, zu bilden und in Beziehung auf diese ihre Bedeutungen mit Evidenz zu identifizieren bzw. zu unterscheiden.» (*Id.*, pp. 95-96.) Cf. *Id.*, pp. 93 e 95-96. Vej. tb., sobre este designio de clarificação da significação e uniformização da expressão, *Id.*, pp. 10 e 15-19.

<sup>84</sup> *Id.*, p. 61.

<sup>85</sup> *Id.*, p. 50. Para a globalidade da posição husserliana, a propósito da referência objectual da expressão: «Dieses Gegenständliche kann *entweder* vermöge begleitender Anschauungen aktuell gegenwärtig oder mindestens vergegenwärtigt erscheinen (z. B. im Phantasiebilde). Wo dies statthat, ist die Beziehung auf die Gegenständlichkeit realisiert. Oder dies ist nicht der Fall; der Ausdruck fungiert sinnvoll, er ist noch immer mehr als ein leerer Wortlaut, obschon er der fundierenden, ihm den Gegenstand gebenden Anschauung entbehrt. Die Beziehung des Ausdrucks auf den Gegenstand ist jetzt insofern unrealisiert, als sie in der blossen Bedeutungsintention beschlossen ist.» (*Id.*, p. 44.) Cf. *Id.*, pp. 43-45 e 72-75. Sobre a não-essencialidade da intuição à significação, vej. *Id.* pp. 44, 50 e 55-56. Sobre o estatuto fundante e epistemológico da intuição, *Id.*, pp. 6, 10, 19, 23, 27, 45, 50, 56-57, 61-62, 72-75 e 81-82.

*eidos* é determinado em profundidade pelo *telos*. O “símbolo” faz sempre signo em direcção à “verdade” da qual se constitui como a falta». <sup>86</sup>

Também a protocolar distinção entre a significação e o objecto, que sustenta a morfologia pura das significações e a gramática pura lógica, continua a denunciar, apesar de tudo, a subordinação última do querer-dizer à intuição. Se o autor alemão, na linha de A. Marty, afirma que uma expressão tem sentido (*sinnvoll*) mesmo quando não lhe pode corresponder, por razões empíricas (‘montanha de ouro’) ou *a priori* (‘quadrado redondo’), um objecto ou uma intuição idealmente unitária que a preencha, sendo então apenas um contra-senso (*Widersinn*), mas não um sem-sentido (*Unsinn*, *Sinnlosigkeit*), <sup>87</sup> só o fará, como refere Derrida, na medida em que nela aparece a «forma de uma relação ao objecto e de uma intuição», porque «a sua forma gramatical tolera a possibilidade de uma relação ao objecto», <sup>88</sup> o que não aconteceria com as expressões ‘abracadabra’ ou ‘verde é ou’. Considerando o formalismo de Husserl limitado, provavelmente por razões inultrapassáveis em qualquer projecto de gramática pura, o autor de *La Grammatologie* dirá que «a purificação do formal se regula sobre um conceito de *sentido* ele mesmo determinado a partir de uma *relação ao objecto*. A forma é sempre a forma de um sentido e o sentido não se abre senão numa intencionalidade conhecedora da relação ao objecto. A forma não é senão o vazio e a intenção pura desta intencionalidade. [...] Em todo o caso, em Husserl o intuicionismo transcendental pesa ainda muito fortemente sobre o tema formalista.» <sup>89</sup>

Mais ainda, e para nós decisivo, ao entender a significação como um «“*objecto geral*”» que não existe no “mundo” real (*real*), «“no nosso pensamento”» ou num «*τόπος οὐράνιος*», Husserl terá, para sustentar a tese da idealidade pura e da identidade «estrita» e «verdadeira», que supor, ainda que não o assuma explicitamente, o resultado da produção intuitiva. Não se trata já, note-se, da realização da significação, caso em que esta se considerava ontologicamente independente, nem tão pouco da sua clarificação e evidenciação epistemológicas, mas da constituição mesma da sua identidade. Como afirma o pensador francês, a «determinação do ser como idealidade confunde-se de maneira paradoxal com a determinação do ser como presença.» <sup>90</sup> Por um lado, porque a identidade «estrita» do conteúdo exige que este se torne ob-jecto: «a idealidade pura é sempre a de um “ob-jecto” ideal, fazendo frente, estando pre-sente diante do acto da repetição, a *Vor-stellung*

<sup>86</sup> *VP*, p. 109 – o parêntese é nosso.

<sup>87</sup> Vej. *LU*, XIX/1, pp. 58-62.

<sup>88</sup> *VP*, pp. 110-111.

<sup>89</sup> *Id.*, p. 110. Cf. *Id.*, pp. 100-104 e 109-111.

<sup>90</sup> *Id.*, p. 59.

sendo a forma geral da presença como proximidade a um olhar»<sup>91</sup>; por outro lado, mas apenas como a sua outra face, porque «só uma temporalidade determinada a partir do presente vivo como da sua origem [*source*], do agora como “ponto-origem”, pode assegurar a pureza da idealidade, ou seja, a abertura da repetição do mesmo ao infinito.»<sup>92</sup> Marcando a sua não hipostasiação, referindo-se àquele que é, para Husserl, o modo autêntico da idealidade, a «que é, que pode ser *repetida* indefinidamente na *identidade* da sua presença, por isso mesmo que ela *não existe*, não é *real*», escreve também: «Esta não-mundanidade não sendo uma outra mundanidade, esta idealidade não sendo um existente caído do céu, a sua origem será sempre a possibilidade da repetição de um acto produtor. Para que a possibilidade desta repetição possa abrir-se *idealiter* ao infinito, é necessário que uma forma ideal assegure esta unidade do *indefinidamente* e do *idealiter*: é o presente ou, antes, a presença do *presente vivo*. A forma última da idealidade, aquela na qual em última instância se pode antecipar ou revocar toda a repetição, a idealidade da idealidade é o *presente vivo*, a presença a si da vida transcendental.»<sup>93</sup> O que nos propomos mostrar, no entanto, é que a presença intuitiva, mesmo quando adequada, é incapaz de constituir, quer quanto ao conteúdo, quer quanto à possibilidade da repetição, a identidade e a idealidade puras da significação. Essa incapacidade começa por se revelar em dois factores exigidos por Husserl para a sua obtenção: o recobrimento causal e o recobrimento temporal.

### a) O recobrimento e a intuição categorial da identidade

Segundo o autor das *Meditações*, «na unidade de preenchimento [*Erfüllungseinheit*] o acto da intenção recobre-se [*deckt sich*] agora com o acto preenche e, assim, está com ele fundido do modo mais íntimo (porquanto reste aqui, em geral, ainda algo de diferente)»,<sup>94</sup> formando-se inclusivamente uma «unidade da identificação [*Einheit der Identifizierung*]»<sup>95</sup> entre a intenção e o preenchimento. Escreve, exemplificando com a percepção:

«[...] aí [na expressão acompanhada de intuição] constitui-se o objecto como “dado” em certos actos, e certamente é-nos *dado* neles – enquanto a expressão se adapta efectivamente ao que é dado intuitivamente – do mesmo modo em que a significação o *visa*. [...] Devemos, digo, distinguir de novo,

<sup>91</sup> *Ibid.*. O autor explicitará a unidade das noções de presença e objecto, inclusivamente espelhada na terminologia alemã: «Le *pré* de l'*objet présent* maintenant-devant est un *contre* (*Gegenwart*, *Gegenstand*) à la fois au sens du *tout-contre* de la proximité et de l'*encontre* de l'*opposé*.» (*Id.*, pp. 83-84.)

<sup>92</sup> *Id.*, p. 59.

<sup>93</sup> *Id.*, pp. 4-5.

<sup>94</sup> *LU*, XIX/1, p. 62.

<sup>95</sup> *Id.*, p. 58. Cf. *Ibid.*.

nos actos preenchantes, entre o *conteúdo*, isto é, o carácter significativo [*Bedeutungsmässigen*], por assim dizer, da percepção (formada categorialmente), e o *objecto* percebido. Na unidade de preenchimento, “recobre”-se [*deckt sich*] este “conteúdo” preenchente com aquele “conteúdo” intencional, de tal modo que na vivência da unidade de recobrimento o objecto ao mesmo tempo intencional e “dado” está perante nós não duplamente, mas apenas como *um*.»<sup>96</sup>

Verificamos, desde logo, que as linhas iniciais apresentam uma circularidade, fazendo depender a adequação da intuição à intenção da adaptação desta em sentido contrário, o que atesta as dificuldades da homogeneização; por outro lado, constatamos que o recobrimento não se dá exactamente entre os actos, por razões óbvias ligadas à sua diversidade vivencial, mas ao nível do seu conteúdo geral e do elemento significativo e objectual. Enquanto que a unidade de preenchimento entre os primeiros, em que a intenção começa por ser simplesmente simbólica e anterior à intuição é, na terminologia de Husserl, uma unidade dinâmica e distendida no tempo, a dos segundos, que desta resulta, é uma unidade estática que, incluindo já a vivência e a consciência da identidade, implica o recobrimento temporal (*zeitliche Deckung*).<sup>97</sup> É o que atesta também uma passagem do primeiro capítulo da *Sexta Investigação*, em que o autor, tendo chegado a confrontar-se com a possibilidade da inexistência da intenção no acto intuitivo, caso em que subsistiria

<sup>96</sup> «[...] da konstituiert sich der Gegenstand als “gegeben” in gewissen Akte, und zwar ist er uns in ihnen – wofern sich der Ausdruck dem anschaulichen Gegebenen wirklich anmisst – in derselben Weise *gegeben*, in welcher ihn die Bedeutung *meint*. [...] Wir müssen, sage ich, in den erfüllenden Akten abermals unterscheiden zwischen dem *Inhalt*, das ist dem sozusagen Bedeutungsmässigen der (kategorial geformten) Wahrnehmung, und dem wahrgenommenen *Gegenstande*. In der Erfüllungseinheit “deckt” sich dieser erfüllende mit jenem intendierenden “Inhalt”, so dass uns im Erleben der Deckungseinheit der zugleich intendierte und “gegebene” Gegenstand nicht doppelt, sondern nur als *einer* gegenübersteht.» (*Id.*, pp. 56-57 – o parêntese recto é nosso.) Cf. *Id.*, pp. 45, 56-58 e 61-62.

<sup>97</sup> Referindo-se à unidade estática, previamente caracterizada como unidade de conhecimento e classificação, e à unidade dinâmica como unidade de preenchimento, escreve: «Die Reden von Erkenntnis des Gegenstandes und Erfüllung der Bedeutungsintention drücken also, bloss von verschiedenen Standpunkten, dieselbe Sachlage aus. Die erstere stellt sich auf den Standpunkt des gemeinten Gegenstandes, während die letztere nur die beiderseitigen Akte zu Beziehungspunkten nimmt. [...] Im dynamischen Verhältnis sind die Verhältnissglieder und der sie beziehende Erkenntnisakt zeitlich auseinandergezogen, sie entfalten sich in einer Zeitgestalt. Im statischen Verhältnis, das als bleibendes Ergebnis dieses zeitlichen Vorganges dasteht, sind sie in zeitlicher und sachlicher Deckung. [...] In gegenständlicher Hinsicht sprechen wir hier auch von *Identitätseinheit*. [...] was wir phänomenologisch, mit Beziehung auf die Akte, als Erfüllung charakterisieren, ist mit Beziehung auf die *beiderseitigen* Objekte, auf das angeschaute Objekt einerseits und das gedachte Objekt andererseits, als Identitätserlebnis, Identitätsbewusstsein, Akt der Identifizierung auszudrücken [...].» (*LU*, XIX/2, pp. 567-568.) Vej. *Id.*, pp. 558-570.

apenas a expressão, afirmar-se não só a sua presença, como também a sua unidade compacta e fundida com aquele:

«Reside já, contudo, no conceito de uma unidade de recobrimento que, nela, não se trata de uma dualidade de afastamento [*auseinandertretende*], mas de uma unidade não repartida [*ungeschiedene*] em si, que só através da deslocação no tempo se divide. Assim, deveremos dizer: o mesmo acto da intenção de significação que constituía a representação simbólica vazia, habita também o acto de conhecimento complexo; mas a intenção de significação, que antes era “livre”, encontra-se, no estádio do recobrimento, “ligada”, trazida à “indiferença”. Ela está tão entretrecida ou fundida nesta complexão que a sua essência de teor significativo [*bedeutungsmässiges*] não sofre, decerto, com isso, mas o seu carácter experiencia, de certo modo, uma modificação.»<sup>98</sup>

O autor das *Ideias* reconhece, nas últimas linhas, a alteração do carácter da intenção quando ela se liga à intuição, o que implica, de acordo com a tese por nós defendida da interferência do acto na significação, uma diferença, contrariamente ao que defende Husserl, no próprio núcleo significativo, a qual dificulta, desde logo, a formação da identidade. Por sua vez, e mais importante, perguntamos, será possível, no preenchimento, a «unidade não repartida em si» da intenção e da intuição, mesmo quando ela é entendida como o recobrimento entre os respectivos elementos significativos? Será sustentável o que se afirma ser a sua condição, a não deslocação no tempo? Em nosso entender, a resposta a estas questões é, como procuraremos mostrar adiante, negativa.

Derrida questiona, com base no próprio princípio husserliano da “subsistência autónoma” da intenção de significação, não só a possibilidade desta se uniformizar, como também a de se preservar na tentativa de fusão com a intuição: «Não se encontra excluído, por razões de essência e de estrutura – aquelas mesmo que evoca Husserl – que a unidade da intuição e da intenção seja alguma vez homogénea, e que o querer-dizer se funda na intuição sem desaparecer? Não se encontra por princípio excluído que se possa alguma vez, para retomar a linguagem de Husserl, “honrar”, *na expressão*, a factura passada à intuição?»<sup>99</sup> Esta corresponde sempre, com efeito, a uma focaliza-

<sup>98</sup> «Es liegt aber schon im Begriff einer Deckungseinheit, dass es sich hier nicht um eine auseinandertretende Zweiheit handelt, sondern um eine in sich ungeschiedene Einheit, die sich erst durch Verschiebung in der Zeit gliedert. Also werden wir sagen müssen: der gleiche Akt der Bedeutungsintention, der das leere symbolische Vorstellung ausmachte, wohnt auch dem komplexen Erkenntnisakte ein; aber die Bedeutungsintention, die früher eine “freie” war, ist im Stadium der Deckung “gebunden”, zur “Indifferenz” gebracht. Sie ist dieser Komplexion so eigentümlich eingewoben oder eingeschmolzen, dass ihr bedeutungsmässiges Wesen darunter zwar nicht leidet, aber ihr Charakter in gewisser Weise doch eine Modifikation erfährt.» (*Id.*, p. 571.) Cf. *Id.*, pp. 570-572.

<sup>99</sup> *VP*, p. 103.

ção do conteúdo significativo e do objecto visado pela intenção e, por essa via, a uma sua transformação. Husserl o reconhece de alguma forma, ao afirmar, na *Sexta Investigação*, sobre o exemplo da percepção, que «a significação não poderia desenvolver-se, na sua referência *determinada* à objectualidade visada, sem o auxílio [*Sukkurs*] da intuição»,<sup>100</sup> e, na *Primeira Investigação*, que a «prestação da intuição fundadora», quando «está visivelmente presente, «na maioria incomparável dos casos ela não é de maneira nenhuma adequada à intenção de significação.»<sup>101</sup>

Todavia, encontramos-nos ainda numa etapa intermédia na tentativa de constituição da identidade. Segundo o autor de Freiburg, a identidade da significação não resulta simplesmente do preenchimento da intenção pela intuição e do recobrimento dos respectivos factores significativo-objectuais, quer dizer, em todo o caso, da sua vivência, mas também, e decisivamente, de um acto intencional que a visa e objectualiza. Reportando-se à insuficiência do acto da identificação na unidade de recobrimento, afirma: «[...] o elemento principal [*Hauptstück*] deste acto, o momento da unificação que liga a intenção de significação e a correspondente intuição está, decerto, realmente [*reell*] presente; mas este momento de unidade não funciona como “representante” [*Repräsentant*] de uma “apreensão” objectivante; a unidade de recobrimento vivida não fundamenta nenhum acto de *identificação relacional*, nenhuma consciência intencional de identidade, na qual a identidade como unidade visada se nos torna, antes de tudo, objectual.»<sup>102</sup> Tal «consciência intencional de identidade» consuma-se apenas num acto de nível superior, o acto categorial da identificação, o qual, ainda que se fundando nos actos intentante e preenche, não incide, mesmo na intuição adequada, directamente sobre eles, mas precisamente sobre os seus objectos e a respectiva significação: «[...] o momento da síntese não estabelece nenhuma ligação directa dos representantes [*Repräsentanten* – os conteúdos sensíveis “externos” ou primários que representam o sentido de apreensão] pertencentes aos actos fundadores [...] O momento categorial do acto fundado sinteticamente não liga estes elementos extra-essenciais dos actos fundadores, mas o seu *essencial* de ambos os lados; ele liga sob todas as circunstâncias *as suas matérias intencionais* e funda-se nelas no sentido verdadeiro. [...] a formação categorial funda-se fenomenologicamente no geral do acto objectivante. [...] liga directamente as essências intencionais.»<sup>103</sup> Já na continuação do texto da *Primeira Investigação* citado mais acima, se situava a identidade do conteúdo na apreensão ideal das essências

<sup>100</sup> *LU*, XIX/2, p. 553. Cf. *Id.*, pp. 552-556, esp. pp. 553-554 e 556.

<sup>101</sup> *LU*, XIX/1, pp. 72-73.

<sup>102</sup> *LU*, XIX/2, p. 569. Cf. *Id.*, pp. 569-570.

<sup>103</sup> *Id.*, pp. 702 e 704 – o parêntese é nosso. Cf. *Id.*, pp. 701-705. Sobre a possibilidade da intuição categorial, o seu estatuto de acto fundado, e o seu correlato objectivo, vej. *Id.*, pp. 657-685. Acerca dos conteúdos sensíveis como representantes, *Id.*, pp. 694-698.

dos actos intentante e preenchente: «Tal como a apreensão ideal da essência intencional do acto *que confere* a significação nos fornece a *significação intentante* enquanto ideia, assim fornece a apreensão ideal da essência correlativa do acto *que preenche* a significação a *significação preenchente*, igualmente enquanto ideia. É isto o *conteúdo idêntico* na percepção, que pertence à totalidade de actos de percepção possíveis que visam o mesmo objecto, e decerto efectivamente como o mesmo, de modo perceptivo.»<sup>104</sup> É, portanto, no plano da intuição categorial que se alcança uma maior abstracção da significação e se consoma a sua apreensão ideal; escreve o autor, a propósito dos actos categoriais: «É *essencial* a estes actos, nos quais todo o intelectual se constitui, realizarem-se em fases; objectivações realizam-se sobre o fundamento de objectivações e constituem objectos que, como objectos em sentido mais amplo, intelectual, como objectos de ordem mais elevada, só podem aparecer em tais actos fundados.»<sup>105</sup> Assim, no caso da significação categorial da identidade, e se tomarmos o seu princípio lógico:  $A \text{ é } A$ , um dos membros corresponderá à significação ideal da intenção, e o outro à da intuição, enquanto que a cópula representará a significação sintético-identitativa.

Tínhamos salientado anteriormente que o recobrimento da intenção e da intuição se daria não propriamente no plano dos actos, mas no do seu correlato objectivo, e manifestámos uma posição crítica relativamente à sua possibilidade, na medida em que, desde logo, os núcleos significativos, segundo a nossa tese geral, continuam ligados às singularidades dos actos fundadores ou, pelo menos, do acto unificador. Se é verdade que o acto intuitivo, distanciando-se neste aspecto do acto intencional simbólico, focaliza expressamente o conteúdo significativo, ficando assim menos exposto à diferenciação e ao sensível, ele não conseguirá, contudo, anulá-los. Neste momento, depois de se ter abordado a intuição categorial da identidade, trata-se de saber se ela, sendo um acto “simples” e formal que procura abstrair e objectivar a unidade de recobrimento, permite realizá-la de forma plena e, assim, constituir a identidade ideal.

Tal hipótese, porém, tão pouco se nos afigura defensável. Primeiramente, porque, do mesmo modo que afirmamos que o recobrimento dos elementos significativos não é autonomizável da unidade de preenchimento dos actos, também, *mutatis mutandis*, as significações ideais sintetizadas ( $A \text{ é } A$ ) não são totalmente abstraíveis daquela unidade de recobrimento e, por essa via, do próprio preenchimento. Com a dificuldade acrescida, e que pode conduzir a uma regressão ao infinito, de a significação categorial sintetizante

<sup>104</sup> LU, XIX/1, pp. 56-57.

<sup>105</sup> LU, XIX/2, p. 705. Cf., sobre o carácter reflexivo, abstractivo e objectivante do acto categorial sintético, *Id.*, pp. 702-709, esp. pp. 705 e 707-709; sobre a constituição intuitiva dos objectos gerais, portanto sobre os actos categoriais e abstractivos não sintéticos, *Id.*, pp. 690-693.

(A é A) exigir um “novo” acto específico que, por mais “simples” e formal, tem, como qualquer outro, ainda que de um modo diferente, os seus representantes [*Repräsentanten*] sensíveis, necessariamente internos: «[...] cremos poder reduzir, na consideração comparativa de casos diferentes (...), o vínculo psíquico que é vivido *no* identificar *actual* [intuitivo] [...] a algo *em todo o lado comum*, que deve ser pensado separado da qualidade e do sentido de apreensão e, nesta redução, proporciona aquele representante que pertence especialmente ao momento da forma categorial.»<sup>106</sup> Esta redução da vivência e da representação categoriais a algo de comum e tipológico não poderá anular, no entanto, a diferenciação inerente a qualquer vivência. Quanto à ligação do acto categorial sintético aos dois actos da unidade de preenchimento, Husserl não só reconhece que o primeiro se funda nos segundos como, de alguma forma, lhes pertence: «*o carácter psíquico, no qual se constitui a forma categorial, pertence fenomenologicamente aos actos nos quais se constituem os objectos*».<sup>107</sup>

Em segundo lugar, a condição temporal do recobrimento das essências significativas, a qual terá também de ser exigida para a identidade das significações ideais, a não «deslocação no tempo», quer dizer, em última análise, a simplicidade e a pontualidade do momento presente, parece-nos, por razões análogas às da impossibilidade de separar aquelas essências das singularidades do acto, extremamente difícil, senão mesmo impossível. É, pelo menos, o que nos propomos mostrar com base na própria concepção husserliana da temporalidade, tendo em conta os dois vectores temporais que determinam a identidade, e que discriminámos no início desta alínea, aquele que concerne a fixação do conteúdo da significação, e o que se prende propriamente com o seu estatuto ideal, ou seja, com a possibilidade da repetição infinita.

### b) A impossibilidade do presente puro e originário

Na consideração das *Lições para uma Fenomenologia da consciência interna do tempo*, Derrida procura retirar todas as consequências da tese husserliana segundo a qual é impossível isolar qualquer momento do fluxo temporal, na medida em que a percepção, entendida em sentido lato, como a impressão originária (*Urimpression*) que constitui o agora (*Jetzt*) actual, se encontra em passagem contínua com a recordação (*Erinnerung*) e a expecta-

<sup>106</sup> *LU*, XIX/2, p. 702 – o parêntese é nosso. Para a distinção entre a matéria e a qualidade posicional do acto, vej. *LU*, XIX/1, pp. 425-431; sobre a pluralidade e a diversidade da representação na intuição sensível e a sua comunhão na intuição categorial, cf. *LU*, XIX/2, pp. 696-702; acerca do estatuto sensível interno desta última representação, bem como sobre o seu exercício por um conteúdo necessariamente reflexivo, não primitivo, portanto consistindo ou assentando num carácter de acto, *Id.*, pp. 705-709.

<sup>107</sup> *Id.*, p. 703. Cf. *Id.*, pp. 702-705.

tiva (*Erwartung*) primárias, ou seja, a retenção e a protensão. Referindo-se à consciência constituinte do tempo, aos fenómenos que constituem os objectos temporais imanentes, designados como ‘fenómenos de fluência’ ou ‘modos da orientação temporal’, escreve Husserl: «Sabemos do fenómeno de fluência [*Ablaufsphänomen*] que ele é uma continuidade de alterações permanentes, a qual forma uma unidade inseparável [*untrennbare*], inseparável em fragmentos que poderiam ser por si, e indivisível em fases que poderiam ser por si, em pontos da continuidade.»<sup>108</sup> E, no início do parágrafo seguinte, tendo como exemplo de objecto um som: «O “ponto-origem” [*“Quellpunkt”*], com o qual a “produção” do objecto que dura se inicia, é uma impressão originária. Esta consciência é percebida em alteração constante: o agora-som em pessoa (*scil.* no modo da consciência, “na” consciência) altera-se permanentemente num ter-sido [*Gewesen*], um agora-som sempre novo substitui permanentemente aquele que transitou [*übergegangen*] na modificação. [...] A consciência *impressiva* transita, fluindo [*fließend*] constantemente, na consciência *retencional* sempre nova.»<sup>109</sup> Se é certo que, para o autor alemão, os «modos de fluência de um objecto temporal imanente têm um começo, um ponto-origem, por assim dizer»,<sup>110</sup> se «apenas uma fase pontual é, de cada vez, agora presente, enquanto as outras se juntam como cauda retencional»<sup>111</sup>, se «a impressão originária é o começo absoluto desta produção, a fonte originária, aquilo a partir do qual se produz permanentemente tudo o resto», «mas ela mesma não é produzida, ela não nasce como algo produzido, mas por *genesis spontanea*, ela é geração originária [*Urzeugung*]»,<sup>112</sup> se, portanto, «em sentido ideal, a percepção (a impressão) seria então a fase da consciência que constitui o puro agora, e a recordação toda outra fase da continuidade»,<sup>113</sup> Husserl não deixa de reconhecer que esta constituição «é precisamente apenas um limite ideal, qualquer coisa de abstracto, que não pode ser nada em si mesmo. Resta ainda que mesmo este agora ideal não é qualquer coisa de diferente *toto caelo* do

<sup>108</sup> Husserl, *Zur Phänomenologie des inneren Zeitbewusstseins (1893-1917)*, Husserliana – X, Haia, Martinus Nijhoff, 1966 (doravante *PZ*), p. 27. Cf. *Id.*, pp. 27-29.

<sup>109</sup> Husserl, *PZ*, p. 29. Cf. *Id.*, pp. 29-31. E expressamente sobre a relação da percepção com a retenção e a protensão: «Beziehen wir nun die Rede von Wahrnehmung auf die Gegebenheitsunterschiede, mit denen Zeitobjekte auftreten, dann ist der Gegensatz von Wahrnehmung die hier auftretende primäre Erinnerung und primäre Erwartung (Retention und Protention), wobei Wahrnehmung und Nicht-Wahrnehmung kontinuierlich ineinander übergehen.» (*PZ*, p. 39.) Cf. *Id.*, pp. 38-42; tb. *VP*, pp. 71-73.

<sup>110</sup> *PZ*, p. 28.

<sup>111</sup> *Id.*, p. 39.

<sup>112</sup> *Id.*, Suplemento 1, p. 100.

<sup>113</sup> *Id.*, p. 40. Vej. *VP*, pp. 67-71, 73 e 93-94.

não-agora, mas ao contrário em comércio contínuo com ele. E a isso corresponde a transição contínua da percepção à recordação primária.»<sup>114</sup>

Esta situação de indistinção e passagem contínua é suficiente, de acordo com o autor das *Margens*, para colocar em causa a identidade da impressão, bem como o seu estatuto originário. Traduzido no “plano” propriamente temporal, dir-se-á que o agora não é algo de “indivisível” ou “compacto”, nem mesmo de autónomo, mas é, em terminologia recuperada por Derrida, uma auto-afecção pura,<sup>115</sup> pois ele «deve, para ser um agora, reter-se num outro agora, afectar-se a si mesmo, sem recurso empírico, de uma nova actualidade originária na qual ele se tornará não-agora como agora passado», processo no qual «o mesmo não é o mesmo senão afectando-se do outro, tornando-se o mesmo do outro.»<sup>116</sup> Ele não só não constitui um começo absoluto, como inclusivamente se sustenta, e só pode ser pensado, a partir da diferença da auto-afecção e da passagem: «Desde que se admite esta continuidade do agora e do não-agora, da percepção e da não-percepção na zona de originariedade comum à impressão originária e à retenção, acolhe-se o outro na identidade a si do *Augenblick* [...]. Esta alteridade é mesmo a condição da presença, da apresentação e, portanto, da *Vorstellung* em geral, antes de todas as dissociações que poderiam produzir-se nela.»<sup>117</sup> Os campos temporais que correspondem à retenção e à protensão «não se acrescentam, não acompanham *eventualmente* o agora actualmente percebido», eles «participam indispensavelmente e essencialmente na sua possibilidade»;<sup>118</sup> ou ainda, a «relação à não-presença, mais uma vez, não vem surpreender, cercar, porventura dissimular a presença da impressão originária, ela permite o seu surgimento e a sua virgindade sempre renascente.»<sup>119</sup>

É precisamente a continuidade da impressão originária, mesmo a intuição adequada, com a retenção e a protensão que, ao impedir a simplicidade de qualquer ponto da corrente da consciência, inviabiliza a total uni-

<sup>114</sup> PZ, p. 40. Entretanto, tão pouco esta transição, como fase do fluxo constituinte, tem a forma de uma *sucessão* contínua e de uma identidade: «Betrachten wir nun im Vergleich dazu die *konstituierenden* Phänomene, so finden wir einen *Fluss*, und jede Phase dieses Flusses ist eine *Abschattungskontinuität*. Aber prinzipiell ist keine Phase dieses Flusses auszubreiten in eine kontinuierliche Folge, also der Fluss so umgewandelt zu denken, dass diese Phase sich ausdehnte in Identität mit sich selbst.» (*Id.*, p. 74 – o parêntese é nosso.) Cf. *Id.*, pp. 73-74; tb. VP, pp. 73-74.

<sup>115</sup> ‘Auto-afecção pura’ («reine Selbstaffektion») é a expressão utilizada por Heidegger em *Kant e o problema da Metafísica* para descrever o tempo. Vej. Heidegger, *Kant und das Problem der Metaphysik*, Bona, Friedrich Cohen, 1929, pp. 180-187.

<sup>116</sup> VP, p. 95. Cf. *Id.*, pp. 93-95.

<sup>117</sup> VP, p. 73.

<sup>118</sup> *Id.*, p. 72. E também: «Le présent vivant jaillit à partir de sa non-identité à soi, et de la possibilité de la trace rétionnelle. Il est toujours déjà une trace. Cette trace est impensable à partir de la simplicité d’un présent dont la vie serait intérieure à soi. [...] Il faut penser l’être-originaire depuis la trace et non l’inverse.» (*Id.*, p. 95.)

<sup>119</sup> *Id.*, p. 73. Vej. *Id.*, pp. 71-74 e 93-95

formidade da unidade de preenchimento entre a intenção e a intuição; ao “nível” do tempo propriamente dito, e tendo-se também em conta a tese da interferência das singularidades na significação, a impossibilidade da pontualidade pura do presente actual não permite o pleno recobrimento das essências significativas. Por sua vez, o âmbito da significação categorial reproduz as dificuldades: como vimos, ele é função de um acto específico que não apenas pertence aos actos fundadores, como não pode deixar de conter, por si mesmo, aspectos singulares na sua representação sensível interna; assim, no “plano” do tempo, não só a significação sintetizante, o ‘é’, não alcança a pura idealidade, como o conteúdo das significações primitivas por ela sintetizadas não atinge a total abstracção das essências da unidade de recobrimento. A significação ideal intentante e a significação ideal preenchente não alcançam nunca a identidade «estrita» e «verdadeira», elas nunca se recobrem totalmente, transitando temporalmente de forma contínua uma na outra, exibindo diferenças de intensidade e clareza, bem como de percepção e imaginação; como sublinha o autor das *Margens*, a natureza irredutivelmente temporal da idealidade faz com que esta se encontre numa relação originária com a espacialidade do traço e da diferença: «Esta arqui-escrita trabalha na origem do sentido. Sendo este, Husserl reconheceu-o, de natureza temporal, ele não é nunca simplesmente presente, ele está já sempre envolvido no movimento do traço [...]. Como o traço é a relação da intimidade do presente vivo ao seu exterior [*dehors*], a abertura à exterioridade em geral, ao não-próprio em geral, etc., a temporalização do sentido é de entrada “espaçamento”.»<sup>120</sup> Poder-se-á dizer, de certo modo, que é a diferenciação temporal que rege a diferenciação “espacial” da significação.

Passamos, neste momento, ao segundo factor da identidade, o da possibilidade da repetição indefinida.

A defesa husserliana do primado da presença não consiste apenas no privilégio concedido à impressão originária como ponto-origem, mas também na tentativa, ainda nas *Lições*, de instaurar uma separação entre a percepção em sentido lato, envolvendo a retenção e a protensão,<sup>121</sup> e as diversas formas de re-presentação (*Vergegenwärtigung*), tais a recordação e a expectativa secundárias, a imaginação pura e a representação simbólica por signo ou imagem.<sup>122</sup> Tal como a impressão mantinha uma proeminência no interior

<sup>120</sup> *Id.*, pp. 95-96. Cf. *Ibid.*; sobre o estatuto temporal do sentido, *Id.*, p. 93.

<sup>121</sup> Husserl chega a considerar a retenção como uma forma de percepção: «Nennen wir aber Wahrnehmung den Akt, in dem aller “Ursprung” liegt, der originär konstituiert, so ist die primäre Erinnerung Wahrnehmung. Denn nur in der primären Erinnerung sehen wir Vergangenes, nur in ihr konstituiert sich Vergangenheit, und zwar nicht repräsentativ, sondern präsentativ.» (*PZ*, p.41.) Cf. *Id.*, pp. 39-40; tb. *VP*, pp. 72-73.

<sup>122</sup> Sobre a relação entre a recordação iterativa e a imaginação, vej. *PZ*, pp. 45-47, 50-52 e os Suplementos II e III, pp. 101-107; acerca da diferença entre a recordação iterativa e a mera imaginação, *Id.*, p. 51; sobre a expectativa secundária vej. *Id.*, pp. 55-57; para a representação simbólica, pp. 59-60 e o Suplemento II, pp. 101-102.

da esfera originária alargada, também a retenção e a protensão, em vez de serem pensadas na relação com os outros modos de re-torno e re-stituição do presente, manter-se-ão estritamente na órbita da impressão actual, tentando-se fazer passar a fronteira não entre o presente puro e o não-presente, o que significaria, desde logo, entre o agora e os campos temporais da retenção e da protensão, mas entre os dois modos de re-stituição, a re-tenção e a re-presentação. Dada a impossibilidade fenomenológica de estabelecer uma divisão na esfera “originária”, é na diferença entre esta e as modalidades da re-presentação que o autor de Freiburg reforçará e sedimentará o primado da presença.<sup>123</sup> A propósito da distância entre a retenção e a recordação iterativa (*Wiedererinnerung*), esta última englobando a imaginação (*Phantasie*), afirma Husserl: «A modificação da consciência que transforma um agora originário num agora *reproduzido*, é algo totalmente diferente daquela modificação que transforma o agora, seja originário seja reproduzido, em algo *passado*. Esta última modificação tem o carácter de um adumbramento [*Abschattung*] permanente. [...] Pelo contrário, não se fala de uma passagem permanente da percepção à imaginação, da impressão à reprodução. A última diferença é discreta.»<sup>124</sup> Enquanto que a retenção, sendo uma consciência originariamente intuitiva e doadora do passado, constituiria a profundidade do presente, a recordação iterativa, nomeadamente a expressamente repetitiva (*wiederholende*), não só é um novo acto que, do ponto de vista imanente, é livre, tendo a sua impressão e os seus modos de fluência próprios, como, do ponto de vista da intencionalidade e da objectualidade transcendententes, se encontra subordinado ao presente recordado.<sup>125</sup>

Contudo, sem se negar a considerável margem de liberdade do acto de recordação, não se poderá recusar que a sua possibilidade reside também numa qualquer forma ou instância de continuidade com a actualidade reproduzida, instância que poderemos designar como ‘inconsciente’. Ultrapassado o limiar da retenção, a impressão permanece disponível, naquele, para a recordação. O qual não será, precisamente na medida em que assegura aquela continuidade, a negação ou o contrário da consciência, a ausência em sentido negativo, mas definir-se-á, antes, por uma diferença gradativa relati-

<sup>123</sup> Vej. *VP*, pp. 72-75.

<sup>124</sup> *PZ*, pp. 46-47. E algumas linhas depois, sobre os respectivos conteúdos de apreensão, a sensação e o fantasma: «Wer einen wesentlichen Unterschied zwischen Empfindungen und Phantasmen annimmt, darf natürlich die Auffassungsinhalte für die eben vergangenen Zeitphasen nicht als Phantasmen ansprechen, denn diese gehen ja kontinuierlich in die Auffassungsinhalte des Jetztmomentes über.» (*Id.*, p. 47.) Cf. *Id.*, pp. 45-47. É nesta distinção clara entre a sensação e a imaginação que se baseia a crítica de Husserl à teoria da temporalidade de Brentano. Enquanto que, para este, a apreensão do tempo, desde logo na recordação primária, tem a sua origem no plano da imaginação, para o autor das *Lições* ela processa-se primariamente como extensão da impressão. Vej. *Id.*, pp. 10-19, 35-37 e 45-47.

<sup>125</sup> Sobre a retenção vej. *Id.*, pp. 31-32, 33-34, 38-40 40-42; sobre a recordação iterativa *Id.*, pp. 35-37 e 40-55.

vamente àquela, encontrando-se, em maior ou menor grau, em contacto com a retenção e a impressão actual.<sup>126</sup> Por outro lado, a continuidade da recordação com a percepção manifesta-se também em sentido inverso, em direcção a esta, nomeadamente como recordação vaga, quer a que emerge sem motivação aparente, quer a que surge na concatenação entre aquela percepção e as percepções análogas passadas. É Husserl que escreve: «Existe uma determinada conexão entre a percepção momentânea e a cadeia das recordações, mas de tal modo que as intenções de recordação (enquanto orientadas unilateralmente) nela terminam. Estas recordações são, naturalmente, apenas possibilidades, só de modo excepcional, ou algumas delas, são dadas actualmente com a percepção. Mas, por outro lado, sucede contudo que a percepção é dotada com as intenções de passado correspondentes, mas vazias, correspondendo àquelas recordações ou conexões de recordação. Quer o agora mesmo-passado, vazio, que tem a sua orientação para o agora actual, quer as intenções, como se pode dizer, vagas, vazias, que dizem respeito ao que se encontra mais atrás, todos estão orientados para o agora.»<sup>127</sup>

De acordo com Derrida, justamente, a retenção e a protensão não só impedem a a originariedade da impressão actual e a pontualidade pura do presente, como se encontram numa certa familiaridade com os modos da re-presentação: «A diferença entre a retenção e a reprodução, entre a recordação primária e a recordação secundária, não é a diferença, que Husserl quereria radical, entre a percepção e a não-percepção, mas entre duas modificações da não-percepção. Qualquer que seja a diferença fenomenológica entre estas duas modificações, apesar dos imensos problemas que ela coloca e da necessidade de os ter em conta, ela não separa senão duas maneiras de se relacionar com a não-presença irreduzível de um outro agora.»<sup>128</sup> A destituição do carácter pontual e originário da impressão, a sua “assimilação” na retenção, não se dão como enclausuramento numa esfera de originariedade que se contraporá aos modos não-perceptivos da restituição, portanto como um mero alargamento do conceito de presença, mas sim como factor de desconstrução e “saída” desta última, situando-se a retenção numa determinada continuidade com a recordação, a imaginação e o signo. É toda

<sup>126</sup> Derrida introduz igualmente a noção de inconsciente: «Et c'est bien autour du privilège du présent actuel, du maintenant, que se joue, en dernière instance, ce débat, qui ne peut ressembler à aucun autre, entre la philosophie, qui est toujours philosophie de la présence, et une pensée de la non-présence, qui n'est pas forcément son contraire, ni nécessairement une méditation de l'absence négative, voire une théorie de la non-présence *comme* inconscient.» (VP, p. 70.) Cf. *Id.*, pp. 70-71.

<sup>127</sup> PZ, Suplemento III, p. 106. Cf. *Id.*, pp. 37-38 e o Suplemento III, pp. 104-106. Mais ainda, a presença da recordação na esfera da percepção pode verificar-se também sobre a base da retenção: «[...] aufgrund der Retention, so, wenn eine Melodie abgelaufen ist, die innerhalb der Einheit einer Retention liegt, und wir auf ein Stück zurückachten (reflektieren), ohne es wieder zu erzeugen.» (*Id.*, p. 37.) Cf. *Ibid.*.

<sup>128</sup> VP, p. 73.

a esfera da restituição, a re-tenção e a re-presentação conjuntamente, que determinam, ou pelo menos participam de forma decisiva, na possibilidade da impressão e do presente: «Sem reduzir o abismo que pode, com efeito, separar a retenção da re-presentação, sem nos ocultarmos que o problema das suas relações não é outro senão o da história da “vida” e do devir-consciente da vida, deve-se poder dizer *a priori* que a sua raiz comum, a possibilidade da re-petição sob a sua forma mais geral, o traço no sentido mais universal, é uma possibilidade que deve não somente habitar a pura actualidade do agora, mas constituir-la pelo movimento mesmo da diferença [*différance*] que ela aí introduz.»<sup>129</sup>

Se na consideração do primeiro vector se concluiu que a fixação do conteúdo era inviabilizada pela impossível simplicidade da impressão actual, afirma-se, presentemente, que a continuidade da esfera originária com o inconsciente, a recordação e a expectativa secundárias, a imaginação e o signo compromete a constituição do elemento propriamente ideal da significação enquanto princípio da possibilidade de uma repetição infinita. Em primeiro lugar, porque a esfera da presença não é capaz, devido a essa continuidade, de formar uma idealidade pura e autónoma que pudesse ser este princípio, mas é, ao contrário, a possibilidade da repetição que sustenta a presença e, por essa via, é condição essencial da idealidade. Assere o autor francês: «A idealidade da forma (*Form*) da presença ela mesma implica, com efeito, que ela possa re-petir-se ao infinito, que o seu re-torno, como retorno do mesmo, seja ao infinito necessário e inscrito na presença como tal».<sup>130</sup> Em segundo lugar, porque a inerência da possibilidade da repetição à presença corresponde, *de facto*, à interrupção e diferenciação desta última, impedindo a constituição de um infinito positivo, plenamente presente a si; referindo-se ao conceito de presença, escreve: «Contudo, tudo o que é *puramente* pensado sob este conceito [sentido, identidade, objectividade, verdade, intuição, percepção, expressão], sendo, ao mesmo tempo, determinado como *idealidade*, o presente-vivo é, *de facto*, realmente, efectivamente, etc., diferido ao infinito. Esta diferença [*différance*] é a diferença entre a idealidade e a não-idealidade.»<sup>131</sup> E muito mais adiante, sobre o estatuto não positivo do infinito: «Só uma relação à minha-morte pode fazer aparecer a diferença infinita da presença. Ao mesmo tempo, comparada à idealidade do infinito positivo, esta relação à minha-morte torna-se acidente da empiricidade finita. O aparecer da diferença infinita é ele mesmo finito. Desde logo, a diferença, que não é nada fora desta relação, torna-se a finitude da vida como relação essencial a si como à sua morte. *A diferença infinita é finita.*

<sup>129</sup> *Id.*, p. 75. Cf. *Id.*, pp. 73-77.

<sup>130</sup> *Id.*, pp. 75-76. Cf. *Id.*, pp. 4-5, 8-9, 59-60, 75-76 e 111-112.

<sup>131</sup> *Id.*, pp. 111-112 – o parêntese é nosso. Cf. *Id.*, pp. 111-114.

Não se pode então mais pensá-la na oposição da finitude e da infinitude, da ausência e da presença, da negação e da afirmação.»<sup>132</sup>

A idealização encontra-se já sempre, portanto, limitada por uma não-presença e por uma não-idealidade, quer como diferiçãõ efectiva quer como reiterabilidade. Por sua vez, e atendendo também ao que afirmámos sobre o primeiro vector, a repetição da intuição nunca se dá de forma estritamente idêntica, e muito menos a compreensão simbólica da significação permite, como apontávamos inicialmente, recuperar a integralidade do conteúdo dado no “recobrimento”. A diferiçãõ induz, assim, a diferença no ressurgir da presença.

Façamos, aqui, um breve balanço do trajecto percorrido até ao momento. No ponto 1, verificámos que o elemento sensível do signo linguístico, através do papel mediador da imaginação, é parte essencial da idealidade da expressão e da significação, tal como a comunicação o é da consciência, correspondendo ambos os factores indicativos à impossibilidade da presença simples na representação. No ponto 2, começando por questionar a separação husserliana entre o acto e a significação, o psicológico e o ideal, em nome de um conceito de vida ultra-transcendental, defendemos que as singularidades “vivenciais”, baseadas na sensação, na percepção, na imaginação e nas intenções mediatas e potenciais, integram também a idealidade da significação, o que implica a destituição das próprias noções de ‘empírico’ e ‘ideal’ no sentido tradicional. Posteriormente, tendo-se constatado a irredutibilidade de facto da expressão ocasional à expressão objectiva, insistimos em que a intuição, condição de toda a objectividade, não permite constituir a idealidade e a identidade puras. Esta impossibilidade resulta, como vimos, tendo-se como premissa o estatuto temporal da idealidade, cuja afirmação se segue também de algumas asserções de Husserl, por um lado, da continuidade da impressão originária com a retenção e a protensão, por outro, da continuidade da esfera alargada da presença com as modalidades da re-presentação. Resta-nos, de acordo com o que projectámos no preâmbulo, delimitar melhor o lugar e a função da materialidade do signo linguístico no processo de diferenciação que inviabiliza a simplicidade da presença e a identidade da significação. Tal desenvolvimento da questão do signo conduzir-nos-á, ainda, aos temas da escrita e da morte.

#### 4. A voz, a escrita e a morte

Na abertura do ponto 1, verificámos que Husserl reconhece o papel necessário da linguagem na constituição da objectividade ideal, nomeada-

<sup>132</sup> *Id.*, p. 114.

mente dos «juízos que pertencem à esfera intelectual mais elevada, especialmente à científica». Também a intuição categorial do ser, do ‘é’, que vimos fornecer o terreno próprio e decisivo à tentativa de constituição da objectividade e da identidade, implica, enquanto preenchimento do acto proposicional, seja determinativo ou predicativo, a linguagem.<sup>133</sup> Se na alínea a) daquele ponto nos centrámos fundamentalmente na pertença do factor sensível do signo à forma ideal da expressão, começamos agora por aferir a afinidade da voz “silenciosa” ou fenomenológica com o pensamento objectivante e, por essa via, a intromissão e a perturbação provocada por aquele factor na idealidade e na identidade da significação.

A especificidade da voz como “substância de expressão”, que faz inclusivamente com que a «a metafísica, a filosofia, a determinação do ser como presença são a época da voz como domínio *técnico* do ser-objecto»,<sup>134</sup> reside na sua aparente capacidade de preservar «simultaneamente a *presença do objecto* perante a intuição e a *presença a si*, a proximidade absoluta dos actos a si mesmos.»<sup>135</sup> Aquele que pensa ou fala entende as palavras no momento em que as profere, «o “corpo” fenomenológico do significante parece apagar-se no momento mesmo em que é produzido. Ele parece pertencer desde já ao elemento da idealidade. Reduz-se fenomenologicamente a si mesmo, transforma em pura diafaneidade a opacidade mundana do seu corpo.»<sup>136</sup> O acto que anima o corpo do significante e o transforma numa expressão que significa, «a alma da linguagem parece não se separar de si mesma, da sua presença a si. Ela não arrisca a morte no corpo de um significante abandonado ao mundo e à visibilidade do espaço. Ela pode *mostrar* o objecto ideal ou a *Bedeutung* ideal que a ele se refere sem se aventurar fora da idealidade, fora da interioridade da vida presente a si.»<sup>137</sup> Esta mostraçã inócua da idealidade não exclui os movimentos indicativos do dedo e do olho, mas interioriza-os: «O fenómeno não cessa de ser objecto para a voz. Ao contrário, na medida em que a idealidade do objecto parece depender da voz e tornar-se assim *absolutamente disponível* nela, o sistema que liga a fenomenalidade à possibilidade du *Zeigen* funciona melhor que nunca na voz. *O fonema dá-se como a idealidade dominada do fenómeno.*»<sup>138</sup>

<sup>133</sup> Referindo-se aos actos categoriais em geral: «In solchen fundierten Akten liegt das Kategoriale des Anschauens und Erkennens, in ihnen findet das aussagende Denken, wo es als Ausdruck fungiert, seine Erfüllung: die Möglichkeit vollkommener Anmessung an solche Akte bestimmt die Wahrheit der Aussage als ihre Richtigkeit.» (LU, XIX/2, p. 675.) Cf. *Id.*, pp. 673-676. Sobre o ‘é’ como identidade objectiva em geral, e as suas especificações determinativa (que inclui a identidade total) e predicativa (identidade parcial), *Id.*, pp. 576-581.

<sup>134</sup> *VP*, p. 84.

<sup>135</sup> *Id.*, p. 85.

<sup>136</sup> *Id.*, p. 86.

<sup>137</sup> *Id.*, p. 87.

<sup>138</sup> *Ibid.*. Cf. *Id.*, pp. 84-88.

A aparente adequação da voz à idealidade e à fenomenalidade assenta no seu carácter de auto-afecção pura, cuja «matéria [*étouffe*] parece ser puramente temporal.»<sup>139</sup> Distintamente de qualquer outra forma de auto-afecção, a voz não só «opera no médium da universalidade», das significações ideais, como também a afecção produzida no sujeito pelo significante que ele mesmo produz não implica a passagem «pela instância da exterioridade, do mundo, ou do não-próprio em geral.»<sup>140</sup> Nenhuma destas características se encontra na visão ou no toque do meu corpo, e na interioridade do corpo próprio, se se escapa à superfície mundana, não se acede a um meio de significação universal. A voz é mesmo considerada por Derrida a «possibilidade do que se chama a *subjectividade* ou o *para-si*»;<sup>141</sup> a sua universalidade faz com que, «estruturalmente e de direito, nenhuma consciência é possível sem a voz. A voz é o ser ao pé de si na forma da universalidade, como consciência. A voz é a consciência.»<sup>142</sup>

No entanto, as noções de ‘auto-afecção pura’ e ‘temporalidade’, como vimos a propósito da questão da intuição, implicam uma diferença e uma não-presença irreduzíveis na presença. Tal como a temporalização do sentido era já sempre um espaçamento, na qual a idealidade da significação se encontrava em comunhão com a diferença empírica, também a temporalidade da voz é já uma queda no espaço e no mundo, unindo-se ao som sensível: «Se [...] a pura interioridade da auto-afecção fónica supunha a natureza puramente temporal do processo “expressivo”, vê-se que o tema de uma pura interioridade da fala ou do “ouvir-se-falar” é radicalmente contradito pelo “tempo” ele mesmo. [...] O ouvir-se-falar não é a interioridade de um interior fechado sobre si, ele é a abertura irreduzível no interior, o olho e o mundo na fala.»<sup>143</sup> A voz é, inclusivamente, a condição de possibilidade da distinção entre o mundano e o transcendental: «[...] sem ela nenhum mundo apareceria *como tal*. Porque ela supõe na sua profundidade a unidade do som (que é no mundo) e da *phonè* (no sentido fenomenológico). Uma ciência “mundana” objectiva não pode, certamente, ensinar-nos nada sobre a essên-

<sup>139</sup> *Id.*, p. 93.

<sup>140</sup> *VP*, p. 88.

<sup>141</sup> *Id.*, p. 89.

<sup>142</sup> *Ibid.*. Cf. *Id.*, pp. 88-90. É a afinidade da voz fenomenológica com a temporalidade e a idealidade que permite explicar paradoxalmente, segundo Derrida, o estatuto “improdutivo” e exterior que a linguagem terá em *Ideias I*: «C’est à la condition de cette proximité absolue du signifiant au signifié, et de son effacement dans la présence immédiate que Husserl pourra précisément considérer le médium de l’expression comme “improductif” et “réfléchissant”. C’est aussi à cette condition qu’il pourra, paradoxalement, le réduire sans dommage et affirmer qu’il existe une couche pré-expressive du sens.» (*Id.*, p. 90.) Sobre a não produtividade e o carácter reflectinte (*widerspiegeln*) do estrato noético-noemático linguístico, o qual se limitaria a reproduzir (*abbilden*), na forma (*Form*) propriamente conceptual (*einbilden*), o conteúdo e a forma (*Form*) do estrato noético-noemático pré-expressivo, veja *IPI*, pp. 284-291; tb. Derrida, *FVD*, pp. 194-202.

<sup>143</sup> *VP*, p. 96.

cia da voz. Mas a unidade do som e da voz, o que permite a esta produzir-se no mundo como auto-afecção pura, é a única instância que escapa à distinção entre a intra-mundandade e a transcendentalidade; e que ao mesmo tempo a torna possível.»<sup>144</sup>

Sendo possibilitadora e mediadora entre o transcendental e o mundano, a voz não é um estrato contingente que se acrescenta à idealidade, à temporalidade e à diferenciação, mas encontra-se com eles num «entrelaçamento originário», no qual, contudo, não deixa de constituir um «suplemento de origem»: «[...] a sua *adição* vem *suprir* uma carência [*manque*], uma não-presença a si originária.»<sup>145</sup> O suplemento “propaga-se” da idealidade à voz, da voz ao som, e do som à escrita: «[...] se a indicação, por exemplo a escrita no sentido corrente, deve necessariamente “juntar-se” à fala para consumir a constituição do objecto ideal, se a fala devia “juntar-se” à identidade pensada do objecto, é que a “presença” do sentido e da fala tinha já começado a faltar-se [*se manquer*] a si mesma.»<sup>146</sup> Neste reenvio contínuo da suplementaridade, o suprimento da não-presença e da não-origem dá-se, portanto, como a sua própria diferença, correspondendo à diferença (*différance*) mesma: «Assim entendida, a suplementaridade é bem a *diferença*, a operação do diferir que, ao mesmo tempo, fissa e retarda a presença, submetendo-a simultaneamente à divisão e à dilação originárias. A diferença deve ser pensada antes da separação entre o diferir como dilação e o diferir como trabalho activo da diferença.»<sup>147</sup> O que significa, como sublinhámos acima, que a dimensão fenomenológica da voz, o seu sopro (*souffle*) e respiração, bem como a materialidade do som e da escrita, enquanto factores de suplementaridade e diferença, não são pensados como posteriores, ou “por cima”, da diferenciação temporal e empírica, mas em “simultaneidade” e unidade com ela.<sup>148</sup> Tal unidade, «bem entendido, [...] é impensável a partir da consciência, quer dizer da presença, ou simplesmente do seu contrário, a ausência ou a não-consciência. Impensável também como a simples complicação *homogénea* de um diagrama ou de uma linha do tempo, como “sucessão” complexa. A diferença suplementar substitui [*vicarie*] a presença na sua

<sup>144</sup> *Ibid.*. Vej. *Id.*, pp. 90-96.

<sup>145</sup> *Id.*, p. 97.

<sup>146</sup> *Ibid.*.

<sup>147</sup> *Id.*, p. 98. Cf. *Id.*, pp. 97-99.

<sup>148</sup> Daí que Derrida não subscreva não apenas a tese defendida nas *Investigações Lógicas*, a de uma sobreposição da facticidade da voz à idealidade expressiva e à significação, mas também a que é desenvolvida em *Ideias I*, segundo a qual a própria esfera expressivo-significativa é posterior e fundada no sentido pré-expressivo. Na crítica a esta última posição, a interferência da linguagem no sentido pré-linguístico, afirmada pelo autor d'*A Gramatologia*, refere-se quer ao elemento signifiativo quer ao elemento da significação, o qual engloba a história e a sedimentação dos conceitos «tais como estão já inscritos unicamente no querer-dizer, supondo que se possa separá-lo da história da língua e dos significantes (...)» (Derrida, *FVD*, p. 197.) Cf. *Id.*, pp. 191-192 e 196-207.

falta originária a si mesma.»<sup>149</sup> A diferença não sobrevém a um presente simples como uma complexificação e densificação que não colocariam em causa a primazia dos agoras na sua sucessão, mas ela é a própria condição de possibilidade da presença e da consciência.

Segundo Derrida, «o que quereríamos finalmente dar a pensar, é que o para-si da presença a si (*für-sich*), tradicionalmente determinado na sua dimensão dativa, como auto-doação fenomenológica, reflexiva ou pré-reflexiva, surge no movimento da suplementaridade como substituição originária, na forma do “no lugar de” (*für etwas*), quer dizer, vimo-lo, na operação mesma da significação em geral. O para-si seria um *no-lugar-de*: posto para si, no lugar de si. A estrutura estranha do suplemento aparece aqui: uma possibilidade produz, a retardamento, aquilo ao qual é dito juntar-se.»<sup>150</sup> O para-si não se auto-constitui nem é autónomo, ele falta originariamente a si mesmo, e a sua produção diferida, como suplementaridade, não permite nunca a sua presença plena. A intuição é, justamente, o meio pelo qual se procura essa totalização, a qual corresponderia a uma certa ultrapassagem da morte: «A relação à presença do presente como forma última do ser e da idealidade é o movimento pelo qual eu transgrido a existência empírica, a factualidade, a contingência, a mundanidade, etc.. E, em primeiro lugar, *a minha*. Pensar a presença como forma última da vida transcendental, é abrir-me ao saber que na minha ausência, para lá da minha existência empírica, antes do meu nascimento e depois da minha morte, *o presente é*.»<sup>151</sup> Contudo, em conformidade com a anterioridade da diferença e da relação à não-presença, é a morte que é condição inultrapassável da vida presente a si. A «possibilidade do signo é esta relação à morte. A determinação e o apagamento do signo na metafísica é a dissimulação desta relação à morte que produzia, contudo, a significação.»<sup>152</sup>

A anterioridade da morte e do signo é, com efeito, correlativa da precedência e da autonomia da compreensão simbólica da significação relativamente à intuição: «A ausência da intuição – e portanto do sujeito da intuição – não é somente *tolerada* pelo discurso, ela é *requerida* pela estrutura da significação em geral, por pouco que se a considere *em si mesma*. Ela é radicalmente requerida: a ausência total do sujeito e do objecto de um enunciado – a morte do escritor ou/e o desaparecimento dos objectos que ele pôde descrever – não impede um texto de “querer-dizer”. Esta possibilidade, ao contrário, faz nascer o querer-dizer como tal, dá-o a ouvir e a ler.»<sup>153</sup> Mesmo no caso do pronome pessoal ‘eu’, e ao contrário do que defende Husserl, para

<sup>149</sup> *VP*, p. 98.

<sup>150</sup> *Id.*, p. 99. Cf. *Id.*, pp. 98-99.

<sup>151</sup> *Id.*, p. 60. Cf., para a ligação com a intuição, *Id.*, pp. 59-60.

<sup>152</sup> *Id.*, p. 60.

<sup>153</sup> *Id.*, p. 104.

quem «no discurso solitário a significação do *eu* se realiza de forma essencial na representação imediata da personalidade própria»,<sup>154</sup> e na comunicação «só pode ser tirada do discurso vivo e das circunstâncias intuitivas que lhe pertencem. Quando lemos a palavra sem saber quem a escreveu, então temos, se não uma palavra destituída de significação, pelo menos estranha à sua significação normal»,<sup>155</sup> contrariamente a isto, dizíamos, segundo Derrida, «da mesma maneira que não tenho necessidade de perceber para compreender um enunciado de percepção, não tenho necessidade da intuição do objecto *eu* para compreender a palavra *eu*. A possibilidade desta não-intuição constitui a *Bedeutung* como tal, a *Bedeutung normal* enquanto tal. [...] Que a vida como presença a si acompanhe ou não o enunciado do *Eu*, isso é perfeitamente indiferente ao funcionamento do querer-dizer. A minha morte é estruturalmente necessária ao pronunciado do *Eu*.»<sup>156</sup>

Ora, sendo a escrita uma certa morte dos signos verbais, funcionando mesmo para lá da morte do sujeito, então «a autonomia do querer-dizer relativamente ao conhecimento intuitivo, aquela mesma que demonstra Husserl e que nós apelidávamos mais acima a liberdade da linguagem, o “franco-falar”, tem a sua norma na escrita e na relação à morte. Esta escrita não pode vir juntar-se à fala porque ela a dobrou animando-a desde o seu despertar. Aqui a indicação não degrada nem transvia a expressão, ela dita-a.»<sup>157</sup> A possibilidade da escrita habitaria a fala, correspondendo mesmo a um factor decisivo na efectuação da idealização: «Em quê inaugura e consoma ela a idealização, não sendo ela mesma nem real nem ideal? Em quê, enfim, a morte, a idealização, a repetição, a significação, não são pensáveis, na sua pura possibilidade, senão a partir de uma só e mesma abertura?»<sup>158</sup> Se podemos pensar que Husserl, n' *A Origem da Geometria*, chega a considerar a escrita como um factor intrínseco na constituição da objectividade ideal,<sup>159</sup>

<sup>154</sup> *LU*, XIX/1, p. 88.

<sup>155</sup> *Id.*, p. 87. Cf. *Id.*, pp. 87-89.

<sup>156</sup> *VP*, p. 109. Cf. *Id.*, pp. 8-9, 60-61 e 103-108.

<sup>157</sup> *Id.*, p. 108.

<sup>158</sup> *Id.*, p. 104. Cf. *Id.*, pp. 29, 90-91, 104 e 108.

<sup>159</sup> Para além da alusão, na “Introdução” ao segundo tomo das *Investigações Lógicas*, à importância da escrita como meio de preservação e disponibilização da verdade e da teoria (vej. *LU*, XIX/1, pp. 7-8, e a nossa nota 3), já no primeiro tomo se afirma que a ciência não tem existência objectiva senão na sua bibliografia, que é apenas nessa forma de obras que ela alcança uma existência própria, considerando-se a escrita, no entanto, como um conjunto de dispositivos externos: «Sie repräsentiert so eine Summe äusserer Veranstaltungen, die, wie sie aus Wissensakten vieler Einzelner hervorgegangen sind, wieder in eben solche Akte ungezählter Individuen übergehen können, in einer leicht verständlichen, aber nicht ohne Weitläufigkeiten exact zu beschreibenden Weise.» (Husserl, *Logische Untersuchungen. Erster Band: Prolegomena zur reinen Logik*, Husserliana – XVIII, Haia, Martinus Nijhoff, 1975, p. 28.) De modo diferente, n' *A Origem da geometria* parece haver, tal como afirma Derrida, o reconhecimento do estatuto já não extrínseco, mas intrínseco da escrita na constituição da objectividade ideal. Escreve o autor das *Marges*, depois de frisar a ligação da

não chega, no entanto, a reconhecer esse estatuto à sua pura materialidade. A escrita é essencialmente pensada pela intermediação da palavra oral, como corpo próprio (*Leib* e não *Körper*) animado pela intenção de significação, como elemento de suscitação passiva da significação e de reactivação da evidência originária que formou o sentido.<sup>160</sup> Escreve Derrida, a propósito da análise dissociativa de Husserl: «Para apreender a natureza do perigo que ameaça a verdade *ela mesma* na sua fala ou na sua escrita constituintes, para não sair da historicidade “interna”, ele vai perseguir a intenção de escrita (ou de leitura), em si mesma e na sua pureza; ele vai isolar numa nova redução o acto intencional que constitui o *Körper* em *Leib* e o mantém na sua *Leiblichkeit*, no seu sentido vivo de verdade. Uma tal análise não tem mais necessidade do *Körper* como tal.»<sup>161</sup> A materialidade da escrita, enquanto perda do acto intencional, da intuição e da evidência, não é nunca integrada na concepção da idealidade; ou, dito de outro modo, a escrita não é nunca pensada como a abertura comum da morte e da idealidade.

---

escrita à «possibilidade jurídica de ser inteligível para um sujeito transcendental em geral», a uma «intencionalidade virtual» que faz «do corpo linguístico ou gráfico [...] uma carne, um corpo próprio»: «Dès lors, l'écriture n'est plus seulement l'auxiliaire mondain et mnémotechnique d'une vérité dont le sens d'être se passerait en lui-même de toute consignation. Non seulement la possibilité ou la nécessité d'être incarnée dans une graphie n'est plus extrinsèque et factice au regard de l'objectivité idéale: elle est la condition *sine qua non* de son achèvement interne.» (Derrida, *IOG*, pp. 85-86.) Cf. *Ibid.*; tb. *Id.*, pp. 83-90.

<sup>160</sup> Após afirmar a insuficiência da evidência originária, porque transitória e ligada à subjectividade individual, bem como da linguagem oral e da transmissão actual na constituição plena da objectividade ideal, por não proporcionarem a «*existência perdurante* dos “objectos ideais”» («*verharrende Dasein der “idealen Gegenstände”*»), e de ter atribuído à escrita, enquanto consignação (*Dokumentierung*), a função decisiva de permitir a comunicação virtual, o autor da *Krisis* separa a mera materialidade do signo escrito da sua função expressiva, conferindo à primeira um valor fundamentalmente auxiliar e operativo enquanto instrumento de acesso comunitário alargado à significação e à intuição que a fundou: «Dadurch wird auch die Vergemeinschaftung der Menschheit auf eine neue Stufe erhoben. Schriftzeichen sind, rein körperlich betrachtet, schlicht sinnlich erfahrbar und in ständiger Möglichkeit, intersubjektiv in Gemeinsamkeit erfahrbar zu sein. Aber als Sprachzeichen wecken sie ebenso wie Sprachlaute ihre vertrauten Bedeutungen. Die Weckung ist eine Passivität, die geweckte Bedeutung also passiv gegeben, [...] ist auch bei der hier fraglichen Passivität das passiv geweckte sozusagen zurückzuverwandeln in die entsprechende Aktivität: es ist die einem jeden Menschen als sprachendem Wesen ursprünglich eigene Vermöglichkeit der Reaktivierung.» (Husserl, *KW*, Suplemento III, p. 371 – o parêntese é nosso.) Cf. *Id.*, pp. 368-375.

<sup>161</sup> Derrida, *IOG*, p. 98. E prossegue: «C'est dans la dimension intentionnelle du corps propre animé, de la *geistigē Leiblichkeit*, plus précisément dans la *Geistigkeit* du *Leib*, à l'exclusion de toute corporéité factice, que le sens est intrinsèquement menacé. Bien que dans le *mot*, *Körper* et *Leib*, corps et chair, soient numériquement, en fait, un seul et même étant, leur sens sont définitivement hétérogènes et rien ne peut venir à celui-ci par celui-là.» (*Ibid.*) Sobre a crítica a Husserl e a visão derridiana, cf. *Id.*, pp. 83-99; tb. *VP*, pp. 90-92. Acerca das limitações da univocidade e da reactivação afirmadas pelo autor francês, *Id.*, pp. 99-110; tb. o final da alínea a) do ponto 2 do nosso texto.

Morte que, enquanto elemento da vida, não é uma sua diminuição, mas antes uma condição da sua sensibilidade, movimento e diferenciação. O que é posto em causa nesse processo não é a significação nem a idealidade, mas sim a sua concepção purista e identitativa que, com base no desejo de vida infinita do presente, constitui simultaneamente a morte do sensível e da diferença. Se é certo que Husserl nunca pensou o infinito de modo hegeliano, como positivo e plenamente presente a si, antes enquanto infinito de repetição, «como Ideia no sentido kantiano, como a indefinidade de um “infinito”, dando a entender que «nunca *derivou* a diferença de uma parousia, da presença plena de um infinito positivo; que ele nunca creu no cumprimento de um “saber absoluto” como presença ao pé de si, no Logos, de um conceito infinito»,<sup>162</sup> não é menos verdade que «todo o discurso fenomenológico é tomado, vimo-lo assaz, no esquema de uma metafísica da presença que se esforça incansavelmente por fazer derivar a diferença.»<sup>163</sup> Segundo Derrida, precisamente, a história da presença, do saber da presença do objecto, do saber próximo a si mesmo na consciência, está, com o ‘saber absoluto’, encerrada: «[...] a presença plena tem *vocação* de infinidade como presença absoluta a si-mesma na con-sciência, o cumprimento do saber absoluto é o fim do infinito que não pode ser senão a unidade do conceito, do logos e da consciência numa voz sem diferença. *A história da metafísica é o querer-ouvir-se-falar absoluto*. Esta história está fechada quando este absoluto infinito se aparece como a sua própria morte. *Uma voz sem diferença, uma voz sem escrita é ao mesmo tempo absolutamente viva e absolutamente morta.*»<sup>164</sup>

Quanto ao pensamento que se segue, não continuando a dialogar e a interrogar a presença, princípio tradicional do saber, a partir dela mesma, também não tenta simplesmente, o que tão pouco seria possível, abandoná-la, mas sim abrir-se a um questionamento que não se deixa qualificar nem como saber nem como não-saber, este último sendo apenas a ausência que é passível de ser colmatada por aquele. Podemos dizer que não se sabe, o que não significa que não se saiba nada, mas apenas que se está «para lá do saber absoluto (e do seu sistema ético, estético ou religioso) em direcção àquilo a partir do qual o seu fecho se anuncia e se decide.»<sup>165</sup> Não se sabe mesmo se «o que nós chamamos dos velhos nomes de força e de diferença não é mais “antigo” que o “originário”»,<sup>166</sup> se «o que se apresentou sempre como re-presentação derivada e modificada da simples apresentação, [...] não “é”, num sentido necessariamente mas novamente an-histórico, mais “velho” que

<sup>162</sup> VP, p. 114

<sup>163</sup> *Ibid.*

<sup>164</sup> VP, p. 115. vej. *Id.*, pp. 114-115.

<sup>165</sup> *Id.*, p. 115.

<sup>166</sup> *Id.*, p. 116.

a presença e que o sistema da verdade, mais velho que a “história”.»<sup>167</sup> Em todo o caso, «para pensar esta era, para “falar” dela, seria necessário outros nomes que não os de signo ou de re-presentação. E pensar como “normal” e pré-originário o que Husserl crê poder isolar como uma experiência particular, accidental, dependente e segunda: a da deriva indefinida dos signos como errância e mudança de cenas (*Verwandlung*), encadeando as re-presentações (*Vergegenwärtigungen*) umas às outras, sem começo nem fim. (...) Nada precedeu sem dúvida esta situação. Nada seguramente a suspenderá. Ela não está *compreendida*, como o queria Husserl, entre intuições ou apresentações.»<sup>168</sup>

### Abstract

This paper follows Derrida’s criticism, in *The Voice and the Phenomenon*, of Husserl’s conception of meaning as ideality and identity.

The french author contests the ideality and supratemporality of meaning, its separation from the meaning conferring act, and defends the inclusion of the following indicative dimensions of the last in the former: 1) the sensible element of the linguistic sign (namely in the ideal form of the word, that is in the expression) 2) the manifestation and communication of the experience or act (in the conscience as such) 3) the sensible and empirical content of experience, be it sensational, perceptive, imaginative or potentially and mediately intended (in the meaning itself).

He questions, moreover, having asserted its temporal condition, which also derives, nevertheless, from some assertions by Husserl, the possibility of constitution of a «strict» and «true» identity, stating that intuitive presence is unable to form both the total covering between the intended and the fulfilling meaning, and the abstract ideality that would be function of the possibility of an infinite repetition, instead of conditioned by a “finite-infinite” one.

Finally, he explains better the relation between the sensible face of sign and the ideality of meaning, the former’s place and role within the differentiation and repetition process. He notes that it is an ‘originary’ lack in thinking and meaning itself that claims for the linguistic sign (‘supplement of origin’), “in succession” for its ideal form and its sensible oral and written elements, without ever reaching any completion (‘supplementarity’, ‘differe(a)nce’). We also attend the derridean hypothesis of writing as the consummation of the link between ideality and death, the last one being considered as having a special relation to sensibility and difference.

<sup>167</sup> *Ibid.*

<sup>168</sup> *Id.*, pp. 116-117. *Veja. Id.*, pp. 115-117.